Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu ó o novo

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Claro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Administração da Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1 - INTRODUÇÃO

A Claro S.A. é uma Companhia de capital fechado, sediada em São Paulo, constituída em 7 de abril de 1992. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado - SVA, *call* center, comercialização e locação de equipamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

• BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.

• Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.

• Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home- DTH*), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.

• Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

• Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

• Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

• IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

• Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.

• Telmex do Brasil S.A. ("TdB"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

De acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,3% em 2025, o menor resultado desde a pandemia. Mesmo com sinais de desaceleração, os dados demonstram que praticamente todas as atividades econômicas apresentaram expansão.

De acordo com as informações divulgadas, o setor de serviços manteve desempenho positivo em 2025, registrando crescimento em todas as suas atividades, mesmo em um cenário de desaceleração econômica. No que diz respeito ao consumo das famílias, houve avanço de 1,3% no ano, embora em ritmo menor que em 2024. Esse movimento reflete, em grande parte, a combinação de fatores como a queda da taxa de desemprego, a melhora do mercado de trabalho e a ampliação do acesso ao crédito, além do impacto contínuo dos programas governamentais de transferência de renda, elementos que contribuíram para sustentar o poder de compra das famílias ao longo do período.

Este comportamento de menor ritmo do crescimento econômico muito se deve à política monetária contracionista do Banco Central, com a manutenção da taxa de juros elevada ao longo de todo o ano. A taxa Selic que influencia as demais taxas de juros do país, quando elevada, age de forma restritiva na economia, encarecendo o crédito, desestimulando os investimentos e o consumo. A taxa Selic iniciou o ano a 12,25% ao ano, atingiu em junho 15% ao ano e assim se manteve pelos meses seguintes. Por outro lado, a taxa de câmbio da moeda norte-americana apresentou uma queda de 11,14%, fechando o ano cotada a R$5,50, contra a taxa de fechamento de 2024 que foi de R$6,19.

Taxas de juros elevadas tiram força ao crescimento econômico. Nesse sentido, o Banco Central sinalizou, em reunião do Comitê de Política Monetária ("Copom"), a estratégia de iniciar, a partir do primeiro trimestre de 2026, um ciclo de redução da taxa Selic, e a expectativa é de encerrar o ano a 12,00% ao ano, conforme dados do Relatório Focus (base: 27/02/2026).

A indústria brasileira deverá ser o setor mais penalizado pela política monetária contracionista, crescendo ainda menos em 2026, e, de forma geral, mantendo a trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica.

A nível global, em um ambiente externo de maiores incertezas diante de um cenário de extrema tensão geopolítica, para 2026 é esperada uma desaceleração econômica que pode gerar reflexos relevantes nos países, inclusive do Brasil.

3 - DESTAQUES DO ANO

A partir desta sessão se adotará o termo "Claro" quando se referir a aspectos do negócio como um todo, e/ou "Claro Empresas" quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

O ano de 2025 foi marcado por eventos e conquistas relevantes, conforme destacado a seguir:

• Em dezembro de 2025 foi assinado termo que formalizou a adaptação dos contratos que regiam a concessão do serviço de telefonia fixa comutado de longa distância para o regime de autorização. Com a conclusão deste processo: (i) os bens utilizados para a prestação dos mencionados serviços deixaram de ser considerados reversíveis, ficando livres de ônus ou restrições; (ii) foram estabelecidos compromissos de investimentos e manutenção de longo prazo; (iii) e foram extintos determinados litígios relacionados à concessão;

• A Claro foi vencedora do prêmio Estadão Empresas Mais 2025, um dos principais rankings empresariais do país, promovido pelo jornal O Estado de São Paulo, que reconhece as empresas com melhor performance financeira, além da consistência histórica;

• A Claro foi reconhecida pelo *Speedtest Awards*, da *Ookla*, como a melhor rede 5G do Brasil e a rede fixa mais bem avaliada do país. Com base nos resultados do primeiro semestre de 2025, a Claro apresentou também as medições Wi-Fi mais rápidas do Brasil, consolidando-se como uma das poucas empresas no mundo a conquistar excelência em performance tanto na rede móvel quanto na fixa - um reconhecimento que reforça a qualidade e confiabilidade da sua conectividade para milhões de brasileiros;

• A Claro foi destaque no prêmio MIT *Innovation Workplaces* 2025, reconhecida por suas práticas de inovação e digitalização de serviços. O estudo destaca o investimento contínuo da Claro em plataformas digitais, inteligência artificial e soluções que elevam a experiência do cliente e a eficiência operacional;

• A Claro anunciou uma parceria inédita com a OpenAI para integrar o ChatGPT aos planos, permitindo a utilização da versão ChatGPT Plus por clientes Claro Multi gratuitamente durante o período da oferta;

• Como patrocinadora exclusiva da expansão do projeto Abrigo Amigo para 8 cidades e mais de 600 abrigos de transporte coletivo, a Claro oferece suporte remoto a mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade nos abrigos de espera. A iniciativa permite o acionamento de atendimento emergencial através da conectividade Claro, durante o período noturno, materializando o compromisso da empresa em unir tecnologia, inovação e propósito para o bem da sociedade.;

• A Claro se destacou como a primeira operadora de telecomunicações no Brasil a conquistar, de forma simultânea, as certificações ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Gestão de Compliance). Essa conquista reforça o compromisso com o mais alto padrão global de governança;

• A Claro também conquistou a certificação ISO 45001 em alguns de seus *Data Centers* - norma internacional que define requisitos para um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional. Essa conquista representa um marco estratégico para a Companhia, especialmente diante da complexidade e do porte de suas operações no setor de telecomunicações;

• A Claro anunciou que a Embratel agora é Claro Empresas. O movimento tem o objetivo de unir todo o conhecimento de tecnologia e conectividade em uma só marca, e reforçar o atendimento em negócios de todos os portes e segmentos.

4 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A seguir alguns destaques com relação ao desempenho operacional no ano de 2025:

Serviços Móveis

Nas capitais brasileiras e nas cidades com populações acima de 1 milhão de habitantes, a Claro manteve sua liderança no mercado móvel pós-pago, com 39% de participação de mercado. Em 2025, alcançamos a marca de 20,7 milhões de clientes 5G, com 35,6% de participação de mercado.

A Claro encerrou 2025 com um total de 89,5 milhões de clientes móveis, com destaque na liderança em portabilidade, apresentando um saldo de 775 mil linhas portadas no ano.

No pós-pago encerramos o ano com 58,4 milhões de linhas, adicionando 4,5 milhões nos últimos doze meses e representando 65,3% da base total (+3,4 p.p. na comparação anual), impulsionado pela liderança em portabilidade e aceleração das migrações de clientes pré-pagos.

A base pré-pago atingiu 31,1 milhões de linhas em 2025, com 33,0% de participação no mercado. O ano de 2025 apresentou forte aceleração em recargas, contribuindo para o crescimento da receita móvel, com destaque para a participação dos canais digitais próprios, oferecendo mais comodidade e benefícios.

Serviços Residenciais

A Claro manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com aproximadamente 363,2 mil adições líquidas em 2025, e segue liderando o mercado brasileiro, com 19,7% de participação de mercado no final do ano. No segmento de "*ultra-high speeds*" (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 23,0% em participação de mercado em 2025.

Em TV por assinatura, a Claro continua liderando o mercado brasileiro, com 46,6% de participação de mercado em 2025, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A Claro vem adicionando novas plataformas de streaming, novas funcionalidades e soluções com a melhor experiência para consumir entretenimento em casa ou fora de casa.

A base de clientes com a oferta convergente da Claro, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 13,7% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para melhorar a experiência dos clientes, fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

Mercado Corporativo

A Claro Empresas manteve em 2025 o ritmo consistente e contínuo de crescimento de sua receita na comparação anual, com destaque nas Plataformas de Soluções Digitais e Mobilidade, impulsionadas pelos principais pilares: *Cloud*, Segurança, Pós-Pago, *Internet, Omnichannel* e M2M/IOT.

A Claro Empresas lançou um novo portfólio de serviços de inteligência de dados para apoiar empresas na adoção de uma cultura orientada por dados ("*data driven*"). As soluções abrangem desde a avaliação da maturidade dos dados até a implementação de governança, compliance e privacidade, com foco na conformidade com a LGPD. O portfólio também inclui BI, *Analytics* e consultoria especializada.

A Claro Empresas anunciou o lançamento da Fábrica SAP, uma solução voltada para empresas de médio e grande portes que oferece um conjunto completo de serviços para implementação, desenvolvimento, customização e integração de ambientes SAP.

A Claro Empresas demonstrou, durante a edição de 2025 da Futurecom, em São Paulo, um novo conjunto de soluções voltadas à automação, segurança e digitalização de processos empresariais, baseadas em conectividade 5G com network slicing e aplicações de Inteligência Artificial. As soluções foram desenvolvidas para atender às demandas de setores como logística, varejo, indústria e serviços.

A Claro Empresas foi responsável por toda a infraestrutura de telecomunicações e tecnologia da informação da Fórmula 1 MSC Cruises Grande Prêmio de São Paulo 2025, garantindo a conectividade do evento pelo 19º ano consecutivo. Nesta edição, a Claro Empresas integrou soluções avançadas - como fibra óptica, Wi-Fi 6, SD-WAN, GPON e conectividade 5G - assegurando máxima performance, estabilidade e confiabilidade em toda a operação.

5 - DESEMPENHO FINANCEIRO

	Consolidado		
R$ Milhões	**2025**	**2024**	**Δ%**
Receita líquida total	**51.691**	**48.921**	**5,7%**
Serviços	48.821	46.402	5,2%
Receita móvel	28.088	26.034	7,9%
Receita fixa e outros	20.733	20.369	1,8%
Aparelhos e acessórios	2.870	2.518	14,0%
EBITDA	**23.275**	**21.682**	**7,3%**
Margem EBITDA	**45,0%**	**44,3%**	***0,7 p.p***
EBIT	**10.613**	**9.185**	**15,6%**
Margem EBIT	**20,5%**	**18,8%**	***1,7 p.p***

Em 2025 a receita líquida total foi de 51,7 bilhões de reais, 5,7% acima do mesmo período de 2024.

Destaque para o crescimento de 7,9% na receita líquida de serviços móveis, gerado pela combinação de fatores, incluindo a liderança em portabilidade, aumento da base de pós-pago e do ARPU.

Serviços fixos totais com crescimento de receita de 1,8%, com destaque para o crescimento de 3,7% em banda larga residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos. Destaca-se também a melhoria contínua de performance no segmento B2B.

O EBITDA de 2025 totalizou 23,3 bilhões de reais, 7,3% acima de 2024, com margem EBITDA de 45,0%, 0,7 p.p. acima do mesmo período do ano anterior.

A Claro segue focada em manter sua jornada de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

6 - INVESTIMENTOS

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2025, a Companhia investiu R$9,2 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

7 - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

A Claro faz parte do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) alinhando suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 - um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Em 2025, reforçando seu compromisso com a frente de Sustentabilidade, a Claro, assinou de uma única vez, sete dos dez movimentos de aceleração de pautas conectadas do programa Ambição 2030.

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2025 (https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Claro-Relato%CC%81rio-2024.pdf), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

Ambiental:

A Claro adota diversas práticas de ASG, age de forma ativa para reduzir sua pegada de carbono e também ao longo da sua cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema.

Implementado em 2017, o programa 'A Energia da Claro' é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacional por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Nosso programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 122 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de aproximadamente 80% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, dentre outras ações relevantes. No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem também somente energia limpa.

Em 2025, mais de 5,5 mil toneladas de equipamentos foram reciclados diretamente pela Claro, sendo 1,3 toneladas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos). Houve também aumento do uso de biocombustíveis na frota nacional, totalizando 78%.

Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos-chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições públicas de ensino, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso, e posicionamos o Instituto Claro como um *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex@o, Dupla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar.

A Claro e o Instituto Claro beneficiaram, de 2019 a 2025, 39 mil estudantes e 10 mil professores, em 302 municípios em 8 estados brasileiros com o projeto Trajetória de Sucesso Escolar.

Está disponibilizado no Portal do Instituto Claro uma interface com a comunidade de ensino, principalmente professores, para que tenham acesso a planos de aula digitais, em uma plataforma que gera conteúdo relevante sobre educação, feito por educadores e para educadores. Em 2025, o portal recebeu 3,1 MM de usuários únicos.

Em sua estratégia de Inclusão Produtiva Jovem, em 2025 a Claro ultrapassou a marca de mais de 14 mil jovens contratados pelas empresas do grupo e que possuem algum marcador de vulnerabilidade social. Por essa atuação, a empresa foi convidada para participar do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes do Brasil, iniciativa do Ministério do Trabalho e Empresa, UNICEF, 1MIO (Um Milhão de Oportunidades UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Pacto Global. Além disso, a Claro é a líder do Grupo de Trabalho de Primeiro Emprego dentro da iniciativa.

Governança Corporativa:

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Claro.

A Claro conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares a prevenção, detecção e correção de situações relacionadas a corrupção, atitudes antiéticas, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outras. Seu objetivo é fazer os colaboradores e toda sua cadeia de valor estar em conformidade com o nosso Código de Ética, as Leis Brasileiras, como a Anticorrupção (nº 12.846/2013), e internacionais, como a Americana (FCPA), o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa, promovendo uma cultura íntegra e que todos estejam "conectados com o certo".

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos, como o Estatuto Social, Políticas, Normas e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração. O Código de Ética é dividido entre 'Colaborador' e 'Fornecedor, parceiro comercial e prestador de serviços', visando facilitar a leitura e direcionando o conteúdo para o público-alvo desejado.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de Compliance/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Claro possui os Comitês de Ética e de Compliance, que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

Corroborando todo este cenário, no segundo semestre de 2025, a Claro obteve as certificações ISO 37.001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37.301 (Gestão de Compliance), demostrando, via reconhecimento externo, a aplicação das melhores práticas de mercado.

A Claro também possui uma estrutura robusta para acompanhar as leis de transparência e privacidade determinadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As ações de gestão compartilhada buscam a inclusão e a diversidade, além de promover iniciativas baseadas em boas práticas de *compliance*, anticorrupção e acolhimento de denúncias.

Para garantir o correto uso e tratamento de dados pessoais dos cidadãos e dos clientes, a Claro cumpre a conformidade legal determinada pela LGPD, bem como divulga regularmente em seu portal o número de solicitações e demandas sobre dados pessoais realizados pelos titulares ou as solicitações endereçadas pelas autoridades. Além disso, reforça a transparência de suas operações com o Portal de Privacidade, no qual os clientes podem consultar a política de privacidade, acessar o portal de segurança e exercer todos os direitos previstos na LGPD. O acesso a informações, como política de *cookies* e direitos de privacidade, também é disponibilizado. Dessa forma, a Claro atende as necessidades de seus *stakeholders* de forma segura e transparente.

8 - RECURSOS HUMANOS

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, colocando-as no centro de sua estratégia para sustentar um crescimento forte, responsável e alinhado aos objetivos do negócio.

Em 2025, as mais de 35 mil pessoas colaboradoras distribuídas por todo o Brasil fortaleceram ainda mais sua conexão com a cultura e o jeito de ser Claro. Nesse movimento, aprimoramos nossa atuação colaborativa para desenvolver serviços e produtos inovadores, mantendo foco absoluto no Cliente e na busca pelos melhores resultados.

Somos um time plural. A diversidade e a inclusão são fundamentos da nossa cultura e orientam nossas práticas diárias. Promovemos o respeito e tratamos cada pessoa com dignidade e profissionalismo, conforme os princípios do nosso Código de Ética. Nossa atuação está estruturada em cinco eixos - pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, equidade racial e LGBTQIAPN+. Na maior parte desses eixos, apresentamos níveis de representatividade compatíveis com as médias de mercado praticadas por empresas de grande porte.

Comprometidos com nossos valores e convictos de que a diversidade nos complementa e fortalece, seguimos promovendo iniciativas que constroem um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo. Em 2025, ampliamos a representatividade em todos os eixos. Destacamos:

• Equidade Racial - crescimento de 8,85% no número de pessoas pretas e pardas em relação a 2024;

• Pessoas com Deficiência - aumento de 13,74%, encerrando o ano com 1.887 colaboradores.

Como parte de sua estratégia ASG, a Claro aderiu, em 2025, a importantes Movimentos que reforçam seu compromisso com um ambiente mais inclusivo e representativo até 2030, entre eles o Movimento Raça é Prioridade e o Elas Lideram.

Também destacamos o Programa Jovem Aprendiz Claro, voltado para a preparação e inclusão de jovens no mercado de trabalho. Encerramos o ano com 891 jovens aprendizes atuando nos escritórios do grupo, em todo o país.

Paralelamente, o Programa de Estágio ganhou ainda mais força: recebemos 10.360 candidaturas, uma média de 280 candidatos por vaga. Após o processo seletivo, 49 estagiários foram contratados para diversas áreas e, ao final do ciclo, 47 jovens foram efetivados, reforçando nosso compromisso com a formação e retenção de talentos.

Para estimular o autodesenvolvimento e manter nossos colaboradores atualizados, ampliamos significativamente nossas ações de capacitação por meio da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento. Em 2025, chegamos a 301.036 conclusões de treinamentos. O portfólio da plataforma oferece cerca de 3.000 cursos, abrangendo conteúdos de inovação, área comercial, temas técnicos, saúde e bem-estar. Entre os destaques do ano:

• O Programa de Desenvolvimento da Liderança, que capacitou presencialmente, neste ano, 2.593 líderes no tema Cultura de Feedback;

• O treinamento de ética, compliance e segurança da informação.

Por fim, reforçamos nosso compromisso em oferecer a melhor experiência na jornada do colaborador. A área de Recursos Humanos segue atuando com foco em *Employee Experience*, conduzindo pesquisas de satisfação referentes aos sistemas corporativos, ao RH, às áreas administrativas e à pesquisa de clima organizacional. Esses indicadores orientam decisões estratégicas e contribuem para a construção de um ambiente no qual as pessoas sintam orgulho de trabalhar e pertencer.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece o apoio e confiança dos acionistas, de nossos fornecedores, dos governos, instituições financeiras, a parceria de toda a comunidade e em especial a todos os funcionários e parceiros, que trabalharam incansavelmente com dedicação para que a Companhia pudesse alcançar os objetivos de atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.090.665**	661.796	**1.282.337**	866.402
Contas a receber, líquidas	5	**7.480.864**	6.845.596	**8.040.811**	7.395.046
Partes relacionadas	17	**714.433**	575.463	**456.829**	376.585
Estoques	6	**672.485**	487.622	**738.229**	554.598
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	**711.198**	644.446	**863.968**	860.362
Despesas antecipadas	8	**734.433**	733.429	**1.291.178**	1.269.591
Outros ativos contratuais		**629.228**	447.315	**629.228**	447.315
Outros ativos		**74.127**	111.465	**119.094**	160.093
		12.107.433	10.507.132	**13.421.674**	11.929.992
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	**2.878.611**	2.552.263	**3.156.836**	2.848.078
Tributos diferidos, líquidos	7.2	**8.751.153**	9.471.011	**12.448.152**	12.986.023
Depósitos e bloqueios judiciais	16	**4.481.011**	3.829.402	**5.170.046**	4.493.872
Partes relacionadas	17	**6.383**	5.508	**124.070**	28.472
Despesas antecipadas	8	**600.284**	529.546	**1.623.889**	1.451.639
Aplicações financeiras	9	**528.452**	–	**528.452**	–
Outros ativos contratuais		**149.543**	131.068	**149.543**	131.068
Outros ativos		**222.286**	149.932	**222.304**	150.808
Investimentos	10	**10.709.758**	9.261.902	**10.358**	–
Imobilizado	11	**41.682.109**	39.646.929	**55.334.139**	52.998.552
Intangível	12	**13.673.457**	14.946.435	**14.571.025**	15.936.650
		83.683.047	80.523.996	**93.338.814**	91.025.162
Total do ativo		**95.790.480**	91.031.128	**106.760.488**	102.955.154

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	**5.964.501**	6.450.738	**8.077.830**	8.352.914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	**1.869.020**	1.846.356	**1.869.020**	1.846.356
Obrigações fiscais, líquidas	15	**3.720.108**	2.671.230	**3.932.321**	2.872.543
Provisões	16	**433.609**	448.072	**582.018**	593.689
Partes relacionadas	17	**3.890.529**	5.121.152	**882.473**	696.344
Receitas diferidas		**348.076**	195.646	**360.125**	203.146
Passivo atuarial	18	**4.517**	5.723	**4.517**	5.723
Passivo de arrendamento	19	**3.724.863**	3.613.539	**3.802.109**	3.620.207
Outras obrigações		**476.382**	503.754	**684.170**	726.861
		20.431.605	20.856.210	**20.194.583**	18.917.783
Não circulante					
Fornecedores	13	**1.139.655**	1.049.675	**1.139.655**	1.049.675
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	**7.190.650**	8.578.314	**7.190.650**	8.578.314
Obrigações fiscais, líquidas	15	**–**	209.344	**–**	210.165
Provisões	16	**10.509.062**	9.500.943	**11.980.232**	10.100.781
Partes relacionadas	17	**23.359.749**	23.056.740	**27.763.161**	31.757.992
Passivo atuarial	18	**1.364.958**	1.573.639	**1.399.328**	1.645.384
Passivo de arrendamento	19	**11.161.564**	9.526.376	**11.269.938**	9.541.698
Receitas diferidas		**68.993**	101.041	**68.993**	101.041
Outras obrigações		**657.844**	899.331	**885.567**	1.058.971
		55.452.475	54.495.403	**61.697.524**	64.044.021
Total do passivo		**75.884.080**	75.351.613	**81.892.107**	82.961.804
Patrimônio líquido	20				
Capital social		**22.836.339**	18.694.395	**22.836.339**	18.694.395
Reserva de capital		**1.197.863**	1.197.863	**1.197.863**	1.197.863
Reserva de lucros		**6.192.419**	6.217.194	**6.192.419**	6.217.194
Outros resultados abrangentes		**(10.320.221)**	(10.429.937)	**(10.320.221)**	(10.429.937)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**19.906.400**	15.679.515	**19.906.400**	15.679.515
Participação dos não controladores		**–**	–	**4.961.981**	4.313.835
Total do patrimônio líquido		**19.906.400**	15.679.515	**24.868.381**	19.993.350
Total do passivo e patrimônio líquido		**95.790.480**	91.031.128	**106.760.488**	102.955.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 26/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/26/CLARO1588386926032026.pdf

Hash:177447936028c130bcdbbb4e2eacb1cc236debe5a1

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Claro

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional, líquida	21	**34.178.855**	31.780.075	**51.691.091**	48.920.651
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	22	**(18.354.172)**	(17.557.833)	**(29.553.532)**	(28.601.599)
Lucro bruto		**15.824.683**	14.222.242	**22.137.559**	20.319.052
Despesas comerciais	22	**(6.574.959)**	(6.481.557)	**(9.190.444)**	(8.749.822)
Despesas gerais e administrativas	22	**(2.897.162)**	(2.972.942)	**(4.082.158)**	(3.670.978)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**1.420.769**	150.762	**618**	–
Outras receitas operacionais, líquidas	22	**1.907.841**	1.500.066	**1.748.318**	1.286.466
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		**9.681.172**	6.418.571	**10.613.893**	9.184.718
Receitas financeiras	23	**2.184.746**	493.917	**2.959.345**	691.794
Despesas financeiras	23	**(6.873.293)**	(8.968.855)	**(7.806.784)**	(12.079.517)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**4.992.625**	(2.056.367)	**5.766.454**	(2.203.005)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	**(200.840)**	4.701	**(523.903)**	(72.554)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	**(670.877)**	799.604	**(479.731)**	1.089.922
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**4.120.908**	(1.252.062)	**4.762.820**	(1.185.637)
Atribuível aos acionistas controladores		**4.120.908**	(1.252.062)	**4.120.908**	(1.252.062)
Atribuível aos acionistas não controladores		**–**	–	**641.912**	66.425
Resultado por ação, em reais		**46,49**	(14,12)	**46,49**	(14,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**4.120.908**	(1.252.062)	**4.762.820**	(1.185.637)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho na atualização do plano de benefício	**164.266**	279.863	**173.795**	283.743
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício	**(55.845)**	(95.158)	**(59.085)**	(96.477)
Outros resultados abrangentes líquidos reclassificados para resultado do exercício:				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	**1.295**	3.573	**1.240**	3.642
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	**109.716**	188.278	**115.950**	190.908
Total dos resultados abrangentes do exercício	**4.230.624**	(1.063.784)	**4.878.770**	(994.729)
Atribuível aos acionistas controladores	**4.230.624**	(1.063.784)	**4.230.624**	(1.063.784)
Atribuível aos acionistas não controladores	**–**	–	**648.146**	69.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**4.992.625**	(2.056.367)	**5.766.454**	(2.203.005)
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**9.247.140**	8.877.834	**12.661.497**	12.497.021
Provisão para variações cambiais	**(1.141.445)**	2.176.024	**(1.828.219)**	4.634.297
Provisão para perdas de crédito esperadas	**579.141**	550.468	**902.513**	831.284
Provisão para obsolescência no estoque	**(1.263)**	1.874	**(1.418)**	(1.410)
Baixa de imobilizado e intangível	**374.439**	193.905	**403.406**	229.975
Provisão de juros e atualização monetária	**4.415.863**	4.864.258	**5.812.229**	5.366.218
Provisão para contingências	**894.614**	729.875	**1.604.518**	872.560
Equivalência patrimonial	**(1.420.769)**	(150.762)	**(618)**	–
	17.940.345	15.187.109	**25.320.362**	22.226.940
Atividades operacionais:				
Contas a receber	**(1.214.409)**	(1.118.207)	**(1.548.278)**	(1.231.878)
Estoques	**(183.600)**	(71.274)	**(182.213)**	(57.591)
Tributos a recuperar, líquidos	**(393.054)**	(417.096)	**(313.309)**	(273.576)
Partes relacionadas	**1.107.976**	625.278	**(236.361)**	460.571
Depósitos judiciais e bloqueios	**(54.059)**	(30.867)	**(33.379)**	106.180
Despesas antecipadas	**(71.742)**	985	**(193.837)**	(90.232)
Fornecedores	**(392.647)**	(43.746)	**(181.494)**	(18.588)
Obrigações fiscais, líquidas	**648.427**	234.396	**648.527**	60.200
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(9.733)**	–	**(322.817)**	(55.755)
Receitas diferidas	**120.382**	(72.004)	**124.931**	(80.298)
Provisões	**7.274**	(23.390)	**14.757**	(34.829)
Pagamento de contingências	**(576.727)**	(802.751)	**(801.024)**	(1.013.343)
Outras obrigações circulantes e não circulantes	**(619.989)**	(25.778)	**(562.765)**	55.633
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**16.308.444**	13.442.655	**21.733.100**	20.053.434
Atividades de investimento:				
Adições para imobilizado e intangível	**(5.770.203)**	(5.700.064)	**(9.224.950)**	(8.642.123)
Aplicação financeira	**(507.700)**	–	**(507.700)**	–
Mútuos concedidos	**–**	–	**(13.244)**	(2.548)
Mútuos recebidos	**–**	700	**–**	1.540.400
Juros recebidos	**–**	200	**–**	662.242
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	**(6.277.903)**	(5.699.164)	**(9.745.894)**	(6.442.029)
Atividades de financiamento:				
Financiamento, debêntures e mútuo pagos	**(3.185.179)**	(10.664.368)	**(4.366.885)**	(13.905.558)
Pagamento de arrendamento	**(4.344.529)**	(4.069.300)	**(4.398.626)**	(4.116.084)
Juros pagos	**(2.071.964)**	(2.469.100)	**(2.805.760)**	(3.010.907)
Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	**–**	9.345.389	**–**	7.137.389
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamentos	**(9.601.672)**	(7.857.379)	**(11.571.271)**	(13.895.160)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	**428.869**	(113.888)	**415.935**	(283.755)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**661.796**	775.684	**866.402**	1.150.157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.090.665**	661.796	**1.282.337**	866.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Lucro (prejuízo) acumulado	Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) em transações de capital	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**18.694.395**	**1.197.863**	**371.937**	**4.575.251**	**2.520.034**	**–**	**(296.128)**	**(10.322.087)**	**16.741.265**	**4.244.780**	**20.986.045**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(1.252.062)	–	–	(1.252.062)	66.425	(1.185.637)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.252.062)	1.252.062	–	–	–	–	–
Reversão dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20)	–	–	–	–	2.034	–	–	–	2.034	–	2.034
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	–	–	–	–	–	–	3.573	–	3.573	69	3.642
Atualização do passivo atuarial (Nota 18)	–	–	–	–	–	–	184.705	–	184.705	2.561	187.266
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18.694.395**	**1.197.863**	**371.937**	**4.575.251**	**1.270.006**	**–**	**(107.850)**	**(10.322.087)**	**15.679.515**	**4.313.835**	**19.993.350**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.120.908**	**–**	**–**	**4.120.908**	**641.912**	**4.762.820**
Constituição de reserva legal (Nota 20)	**–**	**–**	**206.045**	**–**	**–**	**(206.045)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Reserva de incentivos fiscais (Nota 20)	**–**	**–**	**–**	**176.008**	**–**	**(176.008)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(3.739)**	**–**	**–**	**(3.739)**	**–**	**(3.739)**
Aumento de capital (Nota 20)	**4.141.944**	**–**	**(371.937)**	**–**	**(1.270.007)**	**(2.500.000)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 20)	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.235.116**	**(1.235.116)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.295**	**–**	**1.295**	**(55)**	**1.240**
Atualização do passivo atuarial (Nota 18)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**108.421**	**–**	**108.421**	**6.289**	**114.710**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**22.836.339**	**1.197.863**	**206.045**	**4.751.259**	**1.235.115**	**–**	**1.866**	**(10.322.087)**	**19.906.400**	**4.961.981**	**24.868.381**
				6.192.419			**(10.320.221)**				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia"), companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, e é sediada na Cidade e no Estado de São Paulo, onde atua no mercado de telecomunicações, principalmente nas modalidades Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), Serviço de Telefonia Fixa Comutada ("STFC"), e Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), além de outros serviços como "*Streaming*", Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de equipamentos.

A Companhia tem como acionista controlador direto a Companhia e indireto final a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, exploram principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado - SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home* - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimentos presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. ("TdB"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

Autorizações em telecomunicações:

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pela Companhia e suas controladas:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades, Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Serviço Móvel Pessoal ("SMP"):

A Companhia possui autorizações para explorar o SMP por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos 850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	3G 1900 - 2100 MHz ***	4G 2500 MHz **	4G 700 MHz	5G 2300 MHz	5G 3.5 GHz	5G 26 GHz
Acre	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rondônia	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Tocantins	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Distrito Federal	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso do Sul	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Goiás	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Bahia	–	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Sergipe	–	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Alagoas	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Ceará	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Paraíba	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Piauí	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Pernambuco	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Rio Grande do Norte	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Paraná	–	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná (Norte)	–	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Santa Catarina	–	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rio de Janeiro	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Espírito Santo	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Rio Grande do Sul	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo - Capital	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo - Interior	03/2028	03/2028	03/2028	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais	–	04/2035	04/2035*	04/2038	10/2027	12/2029	–	12/2041	12/2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	–	–	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amazonas	11/2028	–	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Maranhão	11/2028	–	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Roraima	11/2028	–	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amapá	11/2028	–	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Pará	11/2028	–	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041

* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

** Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

*** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância (STFC LD):

Em 26 de novembro de 2025, como resultado das tratativas conciliatórias desenvolvidas no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal ("CCAF") da Advocacia Geral da União ("AGU"), a Companhia celebrou, em conjunto com a União Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações ("MCom"), e com a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), o Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, com extinção de determinados litígios e definição de obrigações de manutenção e compromissos de investimento.

Constitui objeto do Termo de Conciliação, entre outros: (i) o encerramento dos Contratos de Concessão do STFC LD, com a sua adaptação para Termo de Autorização; (ii) a realização de investimentos, na forma, condições e prazos estabelecidos no Termo de Conciliação; (iii) a manutenção do funcionamento de Telefones de Uso Público ("TUPs "), na forma, condições e prazos estabelecidos no Termo de Conciliação; (iv) a extinção de determinados processos administrativos e judiciais relacionados à execução dos Contratos de Concessão do STFC LD; (v) a renúncia das pretensões, de parte a parte, de instaurar novos litígios para discussão de aspectos relacionados exclusivamente à execução dos Contratos de Concessão do STFC LD, nos termos especificados no Termo de Conciliação, ressalvadas as questões não abrangidas pelo referido Termo, incluindo, mas não se limitando, à arbitragem em curso que continua em negociação na CCAF; e (vi) a celebração, entre ANATEL e a CLARO de termo único de autorização de serviços ("Termo Único"), nos termos do art. 144-A, inciso IV, da LGT, que encerrará e substituirá os Contratos de Concessão do STFC LD e substituirá todos os instrumentos de autorização de serviços de telecomunicações detidos pelas prestadoras que integram o grupo econômico da Claro. Em 24 de dezembro de 2025, foi celebrado o referido Termo Único.

A mencionada celebração do Termo de Conciliação traz à Companhia os seguintes efeitos:

- **Bens reversíveis**: Os ativos essenciais e empregados para assegurar a continuidade da prestação do STFC LD deixaram de ser considerados bens reversíveis, passando a ser definitivamente mantidos sob posse e propriedade da Companhia e/ou de qualquer empresa do seu grupo econômico, sem que remanesça qualquer ônus ou restrição à sua livre disposição, fruição, uso e gozo.
- **Investimentos e manutenção:** O custo da Adaptação, de cerca de R$2,41 bilhões, será integralmente revertido, a valor presente, em compromissos de investimentos com até 10 anos de implantação e 20 anos de operação, após dedução dos custos de compromissos de manutenção por 3 anos dos TUPs e da contratação das garantias exigidas. O registro contábil de tais compromissos, seja como ativo ou como despesas, se dará conforme sua realização, de acordo com o cronograma de execução.
- **Processos administrativos e judiciais:** Determinados processos administrativos e judiciais relacionados aos contratos de Concessão do STFC LD, no valor aproximado de R$414 milhões, foram encerrados.

Direitos de exploração de satélite:

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital e Banda	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65ºW - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	Ato nº 16035 de 22/11/2022	70ºW - Banda Ku	24/11/22	13/11/33
Posição Orbital	Ato nº 16036 de 22/11/2022	70ºW - Banda Ku e X	24/11/22	13/11/33
Posição Orbital	Ato nº 16384 de 03/11/2025	65ºW - Banda C e X	05/11/25	31/12/32
Posição Orbital	Ato nº 16386 de 03/11/2025	70ºW - Banda C	05/11/25	31/12/40
Posição Orbital	Ato nº 16387 de 03/11/2025	84ºW - Banda C	05/11/25	31/12/40
Posição Orbital	Ato nº 2566 de 15/02/2022	75ºW - Banda C e Ku	03/03/22	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84ºW - Banda Ka e Ku	02/02/12	06/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70ºW - Banda Ka e Ku (Planejada)	22/03/12	28/03/27

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não há diferenças entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

A diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$6.772.909 no consolidado. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de caso necessário, prover o suporte requisitado para a continuidade das operações. Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R$21.733.100 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As políticas e práticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com aquelas seguidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2024.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

d) Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as controladas:

	2025 Indireta	2025 Direta	2024 Indireta	2024 Direta
BrasilCenter	**–**	**100,00%**	–	100,00%
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	**–**	**100,00%**	–	100,00%
iMusica LLC (EUA)	**–**	**100,00%**	–	100,00%
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	**–**	**99,99%**	–	99,99%
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	**–**	**90,00%**	–	90,00%
Claro NXT	**–**	**68,08%**	–	68,08%
Tvsat	**68,08%**	**–**	68,08%	–
TdB	**68,08%**	**–**	68,08%	–
Reyc	**68,08%**	**–**	68,08%	–

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standars Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado.

Alterações no IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro

Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Em 30 de dezembro de 2024, por meio da Lei 15.079/2024, o Brasil introduziu o processo de adaptação das Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária - *GloBE (Global Anti-Base Erosion Rules*), conceitos do Pillar 2 estabelecidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina a tributação mínima global da renda, instituindo o adicional de CSLL.

A Companhia realizou as análises dos eventuais impactos relacionados às alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há necessidade de recolhimento do adicional, uma vez que atende aos limites previstos na norma e na legislação tributária pertinentes ao Pilar 2.

Novos pronunciamentos revisados, emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Claro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.
A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins, vide Notas 4 e 23.
Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes incluem todos os valores que atendem a definição acima.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.
A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
• Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo ativo.
As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.
Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, debêntures, mútuos e passivos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.
Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.
Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.
Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards,* serviços de satélites e acessórios, vide Nota 5.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 23.
Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.6. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, vide Nota 6.

3.7. Investimentos

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.
Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.
O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada e/ou controlada (quando aplicável) está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.
As mais/menos valias apuradas pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida são amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.
Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.8. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.
A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, vide Nota 11.
Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.
Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.
No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.
Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.
O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.
Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.
Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.
Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.
É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, vide Nota 12.
Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem, valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) dentre outros.
A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.
Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.
Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.11. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.
Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:
a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
b) Valor recuperável de ativos que não sejam ágio: os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. A avaliação é realizada individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração.
O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

3.12. Tributação

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.
Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.
Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.
Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.
Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.
Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e prestação de serviços

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, quando aplicável, aos seguintes tributos:
• PIS - Programa de Integração Social
• COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
• ISS - Imposto sobre Serviços
• ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.13. Participação de empregados no resultado

A Companhia e suas controladas, constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.14. Receitas diferidas

Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.
Representadas também pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica, e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.16. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.
Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.17. Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.
Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. A Companhia realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.
A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.
As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados, referentes às recargas de celular já vendidas, são registrados como receita diferida do pré-pago.
As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.18. Subvenção e assistência governamentais

A Companhia e suas controladas Claro NXT e Tvsat mantêm registrada em reserva de incentivos fiscais benefícios decorrentes de subvenções e assistências governamentais que, em exercícios anteriores, resultaram na redução das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

3.19. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.20. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores nas controladas Claro NXT e Ideas Musicales S.A. (Argentina).

3.21. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.
O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:
• No principal mercado para o ativo ou passivo; e
• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.
• O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.
O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.
A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.
A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:
• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
• Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
• Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.
Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

3.22. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Considerando, as fontes de incertezas relativas a essas premissas e julgamentos exercidos na preparação dessas estimativas, os resultados reais ocorridos em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas.
A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis considerando suas experiências passadas e sua conjuntura econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos contabilmente dos ativos e passivos, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de perpetuidade. Para mais detalhes, vide Nota 11.

Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a incertezas inerentes à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como à determinação do valor e do momento de realização de resultados tributáveis futuros. Diante disso, são constituídas provisões com base em estimativas para refletir eventuais impactos decorrentes de entendimentos divergentes por parte das autoridades fiscais.
A mensuração dessas provisões considera diversos fatores, incluindo a experiência obtida em auditorias fiscais anteriores e possíveis diferenças de interpretação entre a Companhia e o fisco. Tais divergências podem ocorrer em uma ampla gama de temas, dependendo das particularidades e das práticas fiscais vigentes nas jurisdições em que a Companhia e suas controladas operam.
Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. Para mais detalhes, vide Nota 7.2.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 16.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefíc

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Claro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	**741.272**	144.854	**854.147**	243.389
Equivalentes de caixa [1]	**349.393**	516.942	**428.190**	623.013
	1.090.665	661.796	**1.282.337**	866.402

[1] Inclui valores de aplicação financeira com a parte relacionada Inbursa no montante de R$317 na controladora e R$6.001 no consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R$568 na controladora e R$30.954 no consolidado em 31 de dezembro de 2024, com taxa média de remuneração de 11,97%).

O Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa compreendem aplicações financeiras que são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 15,10% a.a. (12,27% em 31 de dezembro de 2024).

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de voz, dados e outros	**6.970.093**	6.456.805	**7.771.978**	7.241.766
Venda de aparelhos celulares e acessórios	**1.624.724**	1.533.424	**1.660.203**	1.572.104
Administradoras estrangeiras	**29.866**	32.261	**29.866**	32.261
	8.624.683	8.022.490	**9.462.047**	8.846.131
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(1.143.819)**	(1.176.894)	**(1.421.236)**	(1.451.085)
	7.480.864	6.845.596	**8.040.811**	7.395.046

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	**6.381.973**	5.958.616	**7.020.132**	6.191.173
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	**887.662**	793.803	**908.979**	1.175.562
De 31 a 60 dias	**358.110**	287.197	**367.984**	301.852
De 61 a 90 dias	**225.069**	198.385	**232.391**	208.182
Mais de 90 dias	**717.915**	756.125	**932.561**	969.362
	8.570.729	7.994.126	**9.462.047**	8.846.131
Contas a receber - Partes relacionadas [*]	**53.954**	28.364	**–**	–
	8.624.683	8.022.490	**9.462.047**	8.846.131

[*] Valor com as partes relacionadas Claro NXT e Tvsat, conforme Nota 17.

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	**1.176.894**	1.181.633	**1.451.085**	1.475.109
Provisão constituída	**693.875**	515.499	**974.175**	739.198
Baixa de provisão[1]	**(726.950)**	(520.238)	**(1.004.024)**	(763.222)
Saldo Final	**1.143.819**	1.176.894	**1.421.236**	1.451.085

[1] Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoques de aparelhos para revenda	**647.015**	469.108	**647.024**	469.115
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	**16.328**	13.792	**82.053**	80.907
Estoques de *simcards* e acessórios para revenda	**66.154**	66.498	**66.164**	66.507
Outros	**12.929**	9.428	**12.929**	9.428
	742.426	558.826	**808.170**	625.957
Provisão para perdas em estoques	**(69.941)**	(71.204)	**(69.941)**	(71.359)
	672.485	487.622	**738.229**	554.598

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**71.204**	69.330	**71.359**	72.769
Provisão constituída	**68.921**	65.011	**68.921**	65.012
Baixas	**(70.184)**	(63.137)	**(70.339)**	(66.422)
Saldo final	**69.941**	71.204	**69.941**	71.359

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

7.1. Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar[1]	**1.247.838**	1.087.935	**1.553.387**	1.410.269
Imposto de renda retido na fonte[2]	**1.593.318**	1.529.251	**1.605.640**	1.539.559
PIS/COFINS[3]	**627.427**	405.435	**627.427**	405.435
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**120.179**	166.491	**193.249**	302.189
Outros	**1.047**	7.597	**41.101**	50.988
	3.589.809	3.196.709	**4.020.804**	3.708.440
Circulante	**711.198**	644.446	**863.968**	860.362
Não circulante	**2.878.611**	2.552.263	**3.156.836**	2.848.078

[1] Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

[2] Predominantemente constituído por créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

[3] Trata-se majoritariamente de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada e julgada em agosto de 2018, para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições da Companhia, com saldo de R$320.095 em 31 de dezembro de 2025 (R$307.401 em 31 de dezembro de 2024).

Em setembro de 2025 a Companhia reconheceu crédito de PIS e COFINS, no valor de R$240.638, sobre custo de interconexão, decorrente de trânsito em julgado de ação judicial.

7.2. Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados na controladora e consolidado foram constituídos no pressuposto de sua provável realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

Controladora	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	**3.196.570**	**1.161.891**	**4.358.461**	3.298.041	1.198.420	4.496.461
Provisão para perdas de crédito esperadas	**553.412**	**199.228**	**752.640**	553.651	199.314	752.965
Provisão para contingências	**3.122.666**	**1.124.160**	**4.246.826**	2.450.494	882.178	3.332.672
Tributos com exigibilidade suspensa	**392.711**	**141.376**	**534.087**	791.205	284.834	1.076.039
Plano atuarial	**270.651**	**97.434**	**368.085**	322.810	116.212	439.022
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**10.614**	**3.821**	**14.435**	10.614	3.821	14.435
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	**295.055**	**106.220**	**401.275**	317.432	114.276	431.708
Outras diferenças temporárias	**813.343**	**292.804**	**1.106.147**	801.490	288.537	1.090.027
	8.655.022	**3.126.934**	**11.781.956**	8.545.737	3.087.592	11.633.329
Passivo fiscal diferido						
Plano atuarial	**(93.921)**	**(33.811)**	**(127.732)**	(93.921)	(33.811)	(127.732)
Ágio em aquisições[1]	**(1.043.165)**	**(363.620)**	**(1.406.785)**	(877.387)	(303.940)	(1.181.327)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**(435.443)**	**(156.759)**	**(592.202)**	(367.969)	(132.469)	(500.438)
Depreciação acelerada[2]	**(181.033)**	**(65.172)**	**(246.205)**	(34.499)	(12.420)	(46.919)
Inovação Tecnológica[3]	**(77.063)**	**(27.743)**	**(104.806)**	(102.567)	(36.924)	(139.491)
Variação cambial regime de caixa[4]	**(293.615)**	**(105.701)**	**(399.316)**	–	–	–
Outras diferenças temporárias	**(113.057)**	**(40.700)**	**(153.757)**	(122.360)	(44.051)	(166.411)
	(2.237.297)	**(793.506)**	**(3.030.803)**	(1.598.703)	(563.615)	(2.162.318)
Ativo fiscal diferido, líquido	**6.417.725**	**2.333.428**	**8.751.153**	6.947.034	2.523.977	9.471.011

[1] Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.

[2] A Companhia possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018 e depreciação acelerada de seus ativos referentes a redes móveis da empresa Jonava, incorporada pela Companhia. A partir do terceiro trimestre de 2025, a Companhia e sua controlada Claro NXT passaram a excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a parcela correspondente à aceleração da depreciação de bens móveis do ativo imobilizado, quando utilizados de forma contínua em três turnos diários. Essa exclusão está respaldada por laudo técnico pericial, conforme previsto no artigo 323 do RIR/2018, com impacto de R$214.462 no período.

[3] Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

[4] Em 2025 a Companhia passou a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

Consolidado	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais[1]	**6.055.184**	**2.193.373**	**8.248.557**	5.815.206	2.106.252	7.921.458
Provisão para perdas de crédito esperadas	**623.792**	**224.565**	**848.357**	623.195	224.350	847.545
Provisão para contingências	**3.513.966**	**1.265.028**	**4.778.994**	2.653.247	955.169	3.608.416
Tributos com exigibilidade suspensa	**425.311**	**153.112**	**578.423**	792.034	285.132	1.077.166
Plano atuarial	**279.244**	**100.528**	**379.772**	340.746	122.669	463.415
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**10.614**	**3.821**	**14.435**	24.737	8.905	33.642
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	**296.933**	**106.896**	**403.829**	318.346	114.605	432.951
Outras diferenças temporárias	**921.214**	**331.637**	**1.252.851**	926.546	333.557	1.260.103
	12.126.258	**4.378.960**	**16.505.218**	11.494.057	4.150.639	15.644.696
Passivo fiscal diferido						
Plano atuarial	**(93.925)**	**(33.813)**	**(127.739)**	(93.925)	(33.813)	(127.738)
Ágio em aquisições[2]	**(1.043.165)**	**(363.620)**	**(1.406.785)**	(877.387)	(303.940)	(1.181.327)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**(807.258)**	**(290.613)**	**(1.097.871)**	(729.705)	(262.694)	(992.399)
Depreciação acelerada[3]	**(425.463)**	**(153.167)**	**(578.630)**	(34.499)	(12.420)	(46.919)
Inovação Tecnológica[4]	**(89.886)**	**(32.359)**	**(122.245)**	(114.383)	(41.178)	(155.561)
Variação cambial regime de caixa[5]	**(437.822)**	**(157.616)**	**(595.438)**	–	–	–
Outras diferenças temporárias	**(94.381)**	**(33.977)**	**(128.358)**	(113.772)	(40.957)	(154.729)
	(2.991.901)	**(1.065.165)**	**(4.057.066)**	(1.963.671)	(695.002)	(2.658.673)
Ativo fiscal diferido, líquido	**9.134.357**	**3.313.795**	**12.448.152**	9.530.386	3.455.637	12.986.023

[1] As controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R$612.693 em 31 de dezembro de 2025 (R$196.992 em 31 de dezembro de 2024).

[2] Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel e Jonava.

[3] Predominantemente constituído por créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

[4] Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

[5] Em 2025 a Companhia e suas controladas passaram a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

Controladora	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**6.427.412**	**2.336.913**	**8.764.325**
Movimentações líquidas (1)	519.622	187.064	706.686
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.947.034**	**2.523.977**	**9.471.011**
Movimentações líquidas (1)	**(529.309)**	**(190.549)**	**(719.858)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**6.417.725**	**2.333.428**	**8.751.153**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito de realização de imposto de renda e contribuição social na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R$55.845 em 31 de dezembro de 2025 (R$95.158 em 31 de dezembro de 2024).

Consolidado	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.803.336**	**3.188.768**	**11.992.104**
Reconhecimento de tributo diferido[1]	144.848	52.146	196.994
Movimentações líquidas[2]	582.202	214.723	796.925
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**9.530.386**	**3.455.637**	**12.986.023**
Reconhecimento de tributo diferido[1]	**450.509**	**162.183**	**612.692**
Movimentações líquidas[2]	**(846.538)**	**(304.025)**	**(1.150.563)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**9.134.357**	**3.313.795**	**12.448.152**

[1] As controladas Claro NXT, Tvsat e Brasilcenter registraram um ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R$612.693 em 31 de dezembro de 2025 (R$196.992 em 31 de dezembro de 2024.

[2] Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito da realização do imposto de renda e da contribuição social decorrente da atualização do plano de benefício pós-emprego, no montante de R$59.085 (R$96.477 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Controladora (*)	Consolidado (*)
2026	**2.359.203**	**2.926.360**
2027	**2.636.740**	**2.991.095**
2028	**941.091**	**1.297.973**
2029	**1.146.173**	**1.487.513**
2030	**1.272.221**	**1.768.180**
2031	**1.622.341**	**2.070.310**
2032	**769.062**	**1.234.807**
2033 a 2035	**1.035.125**	**2.728.980**
	11.781.956	**16.505.218**

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes[1]	**1.036.477**	972.879	**2.532.083**	2.375.366
Seguros	**116.697**	132.335	**140.014**	151.282
Propaganda e publicidade	**16.485**	15.766	**24.784**	22.665
Outros	**165.058**	141.995	**218.186**	171.917
	1.334.717	1.262.975	**2.915.067**	2.721.230
Circulante	**734.433**	733.429	**1.291.178**	1.269.591
Não circulante	**600.284**	529.546	**1.623.889**	1.451.639

[1] Substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora/Consolidado	
	2025	2024
Aplicação financeira	**528.452**	–
	528.452	–

Em 08 de agosto de 2025 a Companhia liquidou parcialmente o investimento em Letras do Tesouro Nacional (LTN) no montante de R$513.606 (R$499.946 de principal e R$13.660 de juros). Nesta mesma data, a Companhia realizou investimentos em CDB pré-fixado no montante de R$507.700 (R$507.700 de principal e R$20.751 de juros em 31 de dezembro de 2025), com vencimento em 08 de agosto de 2028 e taxa de juros pré-fixada de 13,61% a.a. Esses investimentos referem-se à aplicação financeira na parte relacionada Inbursa e sem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os detalhes das principais controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

2025			Quantidade de ações/(lotes de mil)	% de participação	
Empresas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/quotas	Total	Capital votante
BrasilCenter	**51.431**	**69.770**	**109.639**	**100,00%**	**100,00%**
Imusica Argentina	**(1.733)**	**(982)**	**20**	**90,00%**	**90,00%**
Imusica Colômbia	**(2.226)**	**(1.754)**	**20**	**100,00%**	**100,00%**
Imusica EUA	**(492)**	**1.490**	**0,1**	**100,00%**	**100,00%**
Imusica México	**3.586**	**45.241**	**91.906**	**99,99%**	**99,99%**
Claro NXT	**2.011.497**	**15.544.977**	**86.447.903**	**68,08%**	**68,08%**

2024			Quantidade de ações/(lotes de mil)	% de participação	
Empresas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias/quotas	Total	Capital votante
BrasilCenter	(3.120)	18.340	109.639	100,00%	100,00%
Imusica Argentina	804	1.302	20	90,00%	90,00%
Imusica Colômbia	(1.349)	1.075	20	100,00%	100,00%
Imusica EUA	15	2.226	0,1	100,00%	100,00%
Imusica México	12.997	39.018	91.956	99,99%	99,99%
Claro NXT	207.840	13.513.777	86.447.903	68,08%	68,08%

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:

	% de participação			
	Total	Capital votante	2025	2024
Americel S.A. ("Americel")[1]	**0,23%**	**0,23%**	**10.358**	–
			10.358	–

[1] Em 01 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado aquisição de participação na Americel através de aumento de capital no valor de R$9.738 com a emissão de 177.613.788 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas a conferência a Americel do acervo líquido de titularidade da Companhia, conforme denominado em laudo. As acionistas Claro Telecom Participações S.A. ("Claropar") e Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("Telmex Solutions") confirmaram sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Americel em benefício da Companhia.

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	BrasilCenter	Claro NXT	iMusica Argentina	iMusica Colômbia	iMusica EUA	iMusica México	Americel	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.458**	**9.053.115**	**(177)**	**8.185**	**1.687**	**23.906**	**–**	**19**	**9.108.193**
Resultado da equivalência patrimonial	(3.120)	141.496	723	(1.349)	15	12.997	–	–	150.762
Dividendos[1]	–	–	–	(6.055)	–	–	–	–	(6.055)
Variação cambial em controlada no exterior	–	–	626	294	522	2.131	–	–	3.573
Atualização de passivo atuarial	–	5.462	–	–	–	(14)	–	–	5.448
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	(19)	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18.338**	**9.200.073**	**1.172**	**1.075**	**2.224**	**39.020**	**–**	**–**	**9.261.902**
Resultado da equivalência patrimonial	**51.432**	**1.369.410**	**(1.560)**	**(2.226)**	**(491)**	**3.586**	**618**	**–**	**1.420.769**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(13)**	**–**	**(13)**
Variação cambial em controlada no exterior	**–**	**–**	**(496)**	**(603)**	**(243)**	**2.637**	**–**	**–**	**1.295**
Atualização de passivo atuarial	**–**	**13.414**	**–**	**–**	**–**	**–**	**15**	**–**	**13.429**
Aquisição de participação	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**9.738**	**–**	**9.738**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**69.770**	**10.582.897**	**(884)***	**(1.754)***	**1.490**	**45.243**	**10.358**	**–**	**10.707.120**

* Passivo a descoberto.

[1] A controlada iMusica Colômbia aprovou distribuição de dividendos em 2024 no montante de R$6.055.

11. IMOBILIZADO

		Controladora		Consolidado	
Descrição	Vida útil estimada em anos	2025	2024	2025	2024
Equipamentos de transmissão	3 a 25	**16.631.614**	16.488.572	**27.218.161**	27.121.259
Infraestrutura	5 a 30	**4.517.867**	4.547.188	**4.725.414**	4.755.118
Equipamentos de comutação	5 a 15	**4.711.585**	5.103.554	**5.540.298**	5.912.067
Prédios	10 e 25	**350.548**	291.999	**1.135.311**	879.897
Terrenos		**225.588**	225.628	**450.048**	450.088
Outros ativos imobilizados	5 a 25	**356.128**	413.930	**446.146**	541.292
Ajuste ao valor de realização		**–**	–	**(6.163)**	(9.388)
Imobilizado em andamento		**2.240.061**	1.873.254	**2.998.338**	2.627.518
Imobilizado total (a)		**29.033.391**	28.944.125	**42.507.553**	42.277.851
Equipamentos de transmissão	1 a 10	**140.237**	137.350	**140.233**	137.346
Prédios	1 a 9	**40.266**	62.889	**80.015**	71.679
Infraestrutura	1 a 26	**12.468.215**	10.502.565	**12.606.338**	10.511.676
Direito de uso (b)		**12.648.718**	10.702.804	**12.826.586**	10.720.701
Imobilizado, líquido		**41.682.109**	39.646.929	**55.334.139**	52.998.552

a) Movimentação do imobilizado

Controladora	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste ao valor de realização	Imobilizado em andamento[1]	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	**55.724.090**	**14.701.396**	**25.603.121**	**1.107.816**	**225.628**	**5.092.035**	**(1.163.304)**	**1.837.317**	**103.128.099**
Adições	6.960	46.641	–	–	–	145.534	–	5.370.413	5.569.548
Baixas	(149.277)	(33.341)	(1.847)	(1.496)	–	(22.662)	–	(61.767)	(270.390)
Transferências	3.026.524	809.927	1.260.082	88.068	–	88.108	–	(5.272.709)	–
Custo em 31 de dezembro de 2024	**58.608.297**	**15.524.623**	**26.861.356**	**1.194.388**	**225.628**	**5.303.015**	**(1.163.304)**	**1.873.254**	**108.427.257**
Adições	**–**	**39.937**	**25**	**–**	**–**	**92.470**	**–**	**5.370.701**	**5.503.133**
Baixas	**(1.062.273)**	**(594.071)**	**(252.143)**	**(45.016)**	**(40)**	**(143.851)**	**–**	**(13.791)**	**(2.111.185)**
Transferências	**2.923.295**	**800.923**	**1.094.677**	**74.193**	**–**	**97.015**	**–**	**(4.990.103)**	**–**
Operação societária (Nota 10)	**(2.762)**	**–**	**(5.759)**	**–**	**–**	**(25)**	**–**	**–**	**(8.546)**
Custo em 31 de dezembro de 2025	**60.466.557**	**15.771.412**	**27.698.156**	**1.223.565**	**225.588**	**5.348.624**	**(1.163.304)**	**2.240.061**	**111.810.659**
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	**(39.402.949)**	**(10.278.886)**	**(20.328.454)**	**(889.901)**	**–**	**(4.640.461)**	**1.163.304**	**–**	**(74.377.347)**
Adições	(2.741.728)	(724.184)	(1.431.175)	(13.965)	–	(271.218)	–	–	(5.182.270)
Baixas	24.952	25.635	1.827	1.477	–	22.594	–	–	76.485
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	**(42.119.725)**	**(10.977.435)**	**(21.757.802)**	**(902.389)**	**–**	**(4.889.085)**	**1.163.304**	**–**	**(79.483.132)**
Adições	**(2.745.799)**	**(862.387)**	**(1.483.554)**	**(15.611)**	**–**	**(247.171)**	**–**	**–**	**(5.354.522)**
Baixas	**1.029.462**	**586.277**	**251.951**	**44.983**	**–**	**143.751**	**–**	**–**	**2.056.424**
Operação societária (Nota 10)	**1.119**	**–**	**2.834**	**–**	**–**	**9**	**–**	**–**	**3.962**
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	**(43.834.943)**	**(11.253.545)**	**(22.986.571)**	**(873.017)**	**–**	**(4.992.496)**	**1.163.304**	**–**	**(82.777.268)**
Imobilizado, líquido	**16.631.614**	**4.517.867**	**4.711.585**	**350.548**	**225.588**	**356.128**	**–**	**2.240.061**	**29.033.391**

[1] O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e quinta geração (5G).

Consolidado	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste ao valor de realização	Imobilizado em andamento [1]	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	**104.595.373**	**15.434.505**	**27.233.088**	**1.714.989**	**450.088**	**6.308.998**	**(1.760.457)**	**2.703.104**	**156.679.688**
Adições	250.232	46.641	347	–	–	145.826	–	8.045.305	8.488.351
Baixas	(754.146)	(45.346)	(12.414)	(1.496)	–	(27.275)	–	(93.227)	(933.904)
Transferências	5.312.152	820.280	1.568.494	215.093	–	111.645	–	(8.027.664)	–
Custo em 31 de dezembro de 2024	**109.403.611**	**16.256.080**	**28.789.515**	**1.928.586**	**450.088**	**6.539.194**	**(1.760.457)**	**2.627.518**	**164.234.135**
Adições	**216.464**	**40.418**	**25**	**–**	**–**	**92.627**	**–**	**8.543.461**	**8.892.995**
Baixas	**(2.043.278)**	**(831.708)**	**(253.512)**	**(45.087)**	**(40)**	**(279.373)**	**–**	**(41.825)**	**(3.494.823)**
Transferências	**5.526.975**	**828.165**	**1.353.855**	**303.451**	**–**	**118.370**	**–**	**(8.130.816)**	**–**
Operação societária (Nota 10)	**(2.762)**	**–**	**(5.758)**	**–**	**–**	**(25)**	**–**	**–**	**(8.545)**
Custo em 31 de dezembro de 2025	**113.101.010**	**16.292.955**	**29.884.125**	**2.186.950**	**450.048**	**6.470.793**	**(1.760.457)**	**2.998.338**	**169.623.762**
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	**(77.064.683)**	**(10.784.126)**	**(21.259.962)**	**(1.009.879)**	**–**	**(5.693.896)**	**1.746.687**	**–**	**(114.065.859)**
Adições	(5.845.591)	(753.033)	(1.629.880)	(40.287)	–	(331.101)	4.382	–	(8.595.510)
Baixas	627.922	36.197	12.394	1.477	–	27.095	–	–	705.085
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	**(82.282.352)**	**(11.500.962)**	**(22.877.448)**	**(1.048.689)**	**–**	**(5.997.902)**	**1.751.069**	**–**	**(121.956.284)**
Adições	**(5.611.347)**	**(890.383)**	**(1.722.531)**	**(48.007)**	**–**	**(305.948)**	**3.225**	**–**	**(8.574.991)**
Baixas	**2.009.731**	**823.804**	**253.319**	**45.056**	**–**	**279.190**	**–**	**–**	**3.411.100**
Operação societária (Nota 10)	**1.119**	**–**	**2.834**	**–**	**–**	**9**	**–**	**–**	**3.962**
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	**(85.882.849)**	**(11.567.541)**	**(24.343.826)**	**(1.051.640)**	**–**	**(6.024.647)**	**1.754.294**	**–**	**(127.116.209)**
Imobilizado, líquido	**27.218.161**	**4.725.414**	**5.540.299**	**1.135.310**	**450.048**	**446.146**	**(6.163)**	**2.998.338**	**42.507.553**

[1] O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e quinta geração (5G).

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS 16/CPC 06 (R2)

Controladora	Equipamentos de transmissão	Prédios	Infraestrutura [1]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**194.225**	**57.468**	**11.311.321**	**11.563.014**
Adições, líquidas[2]	(17.379)	33.676	1.567.186	1.583.483
Amortização do dire

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo
Claro

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

12. INTANGÍVEL

Descrição	Vida útil estimada em anos	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Licenças de outorga	5 a 20	**5.460.512**	6.039.486	**5.460.818**	6.039.486
Direito de uso de *software*	5	**369.258**	470.294	**581.000**	787.142
Ágio	–	**7.012.969**	7.012.969	**7.012.969**	7.012.969
Direito de uso de circuitos e de passagem	10 e 15	**644.157**	743.498	**858.309**	975.010
Carteira de clientes e outras licenças	5 e 6	**117.864**	266.093	**556.503**	704.732
Outros ativos intangíveis	5 a 12	**2.705**	3.545	**3.036**	3.979
Intangível em andamento		**65.991**	410.550	**98.390**	413.332
Intangível, líquido		**13.673.456**	14.946.435	**14.571.025**	15.936.650

a) Movimentação do intangível

Controladora	Licenças de outorga (1)	Direito de uso de *software*	Ágio	Direito de uso de circuitos e de passagem	Carteira de clientes e outras licenças	Outros ativos intangíveis	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	**22.299.620**	**4.725.286**	**7.187.176**	**2.048.200**	**1.536.430**	**293.389**	**(157.725)**	**377.256**	**38.309.632**
Adições	–	–	–	–	–	–	–	130.516	130.516
Baixas	(8.037)	–	–	–	–	–	–	–	(8.037)
Transferências	520	95.402	–	–	–	1.300	–	(97.222)	–
Custo em 31 de dezembro de 2024	**22.292.103**	**4.820.688**	**7.187.176**	**2.048.200**	**1.536.430**	**294.689**	**(157.725)**	**410.550**	**38.432.111**
Adições	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**267.070**	**267.070**
Baixas	**–**	**(74.337)**	**–**	**–**	**–**	**(23.972)**	**–**	**(319.647)**	**(417.958)**
Transferências	**217.544**	**74.439**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(291.982)**	**–**
Operação societária (Nota 10)	**–**	**(9.490)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(9.490)**
Custo em 31 de dezembro de 2025	**22.509.647**	**4.811.297**	**7.187.176**	**2.048.200**	**1.536.430**	**270.717**	**(157.725)**	**65.991**	**38.271.733**
Amortização em 31 de dezembro de 2023	**(15.419.422)**	**(4.169.209)**	**(174.207)**	**(1.201.151)**	**(1.122.125)**	**(288.633)**	**157.725**	**–**	**(22.217.022)**
Adições	(841.232)	(181.185)	–	(103.551)	(148.212)	(2.511)	–	–	(1.276.691)
Baixas	8.037	–	–	–	–	–	–	–	8.037
Amortização em 31 de dezembro de 2024	**(16.252.617)**	**(4.350.394)**	**(174.207)**	**(1.304.702)**	**(1.270.337)**	**(291.144)**	**157.725**	**–**	**(23.485.676)**
Adições	**(796.518)**	**(170.288)**	**–**	**(99.341)**	**(148.229)**	**(840)**	**–**	**–**	**(1.215.216)**
Baixas	**–**	**74.307**	**–**	**–**	**–**	**23.973**	**–**	**–**	**98.280**
Operação societária (Nota 10)	**–**	**4.336**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.336**
Amortização em 31 de dezembro de 2025	**(17.049.135)**	**(4.442.039)**	**(174.207)**	**(1.404.043)**	**(1.418.566)**	**(268.010)**	**157.725**	**–**	**(24.598.276)**
Intangível, líquido	**5.460.512**	**369.258**	**7.012.969**	**644.157**	**117.864**	**2.706**	**–**	**65.991**	**13.673.457**

(1) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do Serviço Móvel Pessoal. O prazo para a exploração é de 15 anos e para a tecnologia 5G é de 20 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à regulamentação e fiscalização da ANATEL.

Consolidado	Licenças de outorga (1)	Direito de uso de *software*	Ágio	Direito de uso de circuitos e de passagem	Carteira de clientes e outras licenças	Outros ativos intangíveis	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	**22.300.090**	**9.009.517**	**7.187.176**	**2.332.248**	**2.327.648**	**315.283**	**(163.233)**	**385.597**	**43.694.326**
Adições	–	26	–	1.155	–	1.086	–	151.505	153.772
Baixas	(8.037)	(19)	–	(1.153)	–	(758)	–	–	(9.967)
Transferências	520	121.950	–	–	–	1.300	–	(123.770)	–
Custo em 31 de dezembro de 2024	**22.292.573**	**9.131.474**	**7.187.176**	**2.332.250**	**2.327.648**	**316.911**	**(163.233)**	**413.332**	**43.838.131**
Adições	**–**	**23**	**–**	**–**	**–**	**986**	**–**	**330.947**	**331.955**
Baixas	**–**	**(492.595)**	**–**	**–**	**–**	**(25.040)**	**–**	**(319.647)**	**(837.282)**
Transferências	**217.852**	**108.390**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(326.242)**	**–**
Operação societária (Nota 10)	**–**	**(9.490)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(9.490)**
Custo em 31 de dezembro de 2025	**22.510.425**	**8.737.802**	**7.187.176**	**2.332.250**	**2.327.648**	**292.857**	**(163.233)**	**98.390**	**43.323.315**
Amortização em 31 de dezembro de 2023	**(15.419.892)**	**(8.006.206)**	**(174.207)**	**(1.237.082)**	**(1.474.704)**	**(309.736)**	**163.233**	**–**	**(26.458.594)**
Adições	(841.232)	(337.864)	–	(120.420)	(148.212)	(3.970)	–	–	(1.451.698)
Baixas	8.037	–	–	–	–	774	–	–	8.811
Transferências	–	(262)	–	262	–	–	–	–	–
Amortização em 31 de dezembro de 2024	**(16.253.087)**	**(8.344.332)**	**(174.207)**	**(1.357.240)**	**(1.622.916)**	**(312.932)**	**163.233**	**–**	**(27.901.481)**
Adições	**(796.520)**	**(309.355)**	**–**	**(116.701)**	**(148.229)**	**(1.939)**	**–**	**–**	**(1.372.744)**
Baixas	**–**	**492.550**	**–**	**–**	**–**	**25.050**	**–**	**–**	**517.599**
Operação societária (Nota 10)	**–**	**4.336**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.336**
Amortização em 31 de dezembro de 2025	**(17.049.607)**	**(8.156.801)**	**(174.207)**	**(1.473.941)**	**(1.771.145)**	**(289.822)**	**163.233**	**–**	**(28.752.290)**
Intangível, líquido	**5.460.818**	**581.000**	**7.012.969**	**858.309**	**556.503**	**3.035**	**–**	**98.390**	**14.571.025**

(1) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do Serviço Móvel Pessoal. O prazo para a exploração é de 15 anos e para a tecnologia 5G é de 20 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à regulamentação e fiscalização da ANATEL.

13. FORNECEDORES

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços				
Fornecedores diversos (1)	**6.968.438**	7.384.767	**9.081.366**	9.286.587
Interconexão *e roaming*	**127.452**	101.097	**127.853**	101.453
Cobilling	**8.266**	14.549	**8.266**	14.549
	7.104.156	7.500.413	**9.217.485**	9.402.589
Circulante	**5.964.501**	6.450.738	**8.077.830**	8.352.914
Não Circulante	**1.139.655**	1.049.675	**1.139.655**	1.049.675

(1) Inclui o montante de R$850.157 em 31 de dezembro de 2025 (R$608.120 em 31 de dezembro de 2024) referente aos termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP), conforme Nota 16.1.2 a.4).

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Controladora/Consolidado	2025 Circulante	2025 Não circulante	2025 Total	2024 Circulante	2024 Não circulante	2024 Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	**1.869.020**	**7.190.650**	**9.059.670**	1.846.356	8.578.314	10.424.670
Total da dívida	**1.869.020**	**7.190.650**	**9.059.670**	1.846.356	8.578.314	10.424.670

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Controladora/Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures (a)	7.540.529	7.000.000	(4.250.000)	(832.757)	966.898	10.424.670
Notas comerciais (b)	1.021.046	–	(1.000.000)	(121.702)	100.656	–
Conta garantida	–	137.389	(137.389)	(158)	158	–
	8.561.575	7.137.389	(5.387.389)	(954.617)	1.067.712	10.424.670

Controladora/Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures (a)	10.424.670	**(1.500.000)**	**(1.175.006)**	**1.310.006**	**9.059.670**
	10.424.670	**(1.500.000)**	**(1.175.006)**	**1.310.006**	**9.059.670**

a) Debêntures

Em 28 de março de 2022, a Companhia realizou a 11ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando R$4.250.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,40% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de setembro de 2022, com vencimento final em 28 de março de 2024. Em 21 de fevereiro de 2024 a Companhia realizou o resgate antecipado e liquidação financeira, no valor de R$4.250.000 de principal e R$212.994 de juros.

Em 01 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 12ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando R$1.500.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,37% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de fevereiro de 2023, com vencimento final em 28 de agosto de 2025. Em 28 de agosto de 2025, a Companhia liquidou totalizando R$1.500.000 de principal e R$112.970 de juros.

Em 27 de janeiro de 2023 a Companhia realizou a 13ª emissão de debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00 totalizando R$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,35%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2023, com vencimento final em 27 de janeiro de 2026.

Em 20 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou a 14ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00 totalizando R$3.000.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,20%a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 20 de agosto de 2024, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2027.

Em 15 de março de 2024, a Companhia realizou a 15ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações. Essas debêntures têm valor nominal unitário de R$1.000,00 totalizando R$2.500.000 de principal, remuneradas a IPCA + 5,7687% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 15 de setembro de 2024, com vencimento final em 15 de março de 2029.

Em 10 de outubro de 2024, Companhia realizou a 16ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00 totalizando R$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,55%a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 10 de abril de 2025, com vencimento final em 10 de outubro de 2028.

b) Notas comerciais

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas comerciais no valor de R$1.000.000, remuneradas a CDI + 1,10% a.a., juros e principal a serem pagos no vencimento em 27 de outubro de 2024. A nota comercial não tinha garantia.

Em 27 de outubro de 2024, a Companhia liquidou a 1ª emissão de notas comerciais no valor de R$1.000.000, emitida em 27 de outubro de 2023, remuneradas a CDI + 1,10% a.a. O valor liquidado foi R$1.000.000 de principal e juros de R$121.702.

c) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Obrigações fiscais, líquidas				
FISTEL (1)	**3.390.862**	2.348.847	**3.390.862**	2.348.847
IRRF, IRPJ e CSLL	**277.439**	277.439	**302.837**	286.932
FUST/FUNTTEL	**24.987**	232.657	**38.335**	293.616
ICMS	**–**	–	**84.846**	69.178
ISS	**20.817**	16.952	**38.917**	29.728
CIDE	**989**	664	**15.032**	8.114
Parcelamentos	**1.324**	259	**1.324**	259
Outros	**3.690**	3.756	**60.168**	46.034
Total	**3.720.108**	2.880.574	**3.932.321**	3.082.708
Circulante	**3.720.108**	2.671.230	**3.932.321**	2.872.543
Não circulante	**–**	209.344	**–**	210.165

(1) A Companhia passou a ter a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), suspensa por decisões judiciais em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R$3.390.862, sendo R$2.467.932 de principal e R$922.930 de atualização da Selic (R$2.348.847, sendo R$1.729.860 de principal e R$618.987 de atualização da Selic em 31 de dezembro de 2024), referente aos períodos de 2020, 2021, 2022 e 2025.

16. PROVISÕES

Natureza	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Contingências				
Tributárias	**6.200.379**	5.266.149	**7.309.522**	5.574.409
Regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais	**3.118.806**	3.111.930	**3.341.417**	3.294.637
Trabalhistas	**698.082**	695.264	**842.168**	811.086
	10.017.267	9.073.343	**11.493.107**	9.680.132
Provisão para desmantelamento de ativos	**540.699**	480.885	**544.726**	484.266
Participação de empregados no resultado	**382.067**	394.787	**524.417**	530.072
Provisão para perdas com investimentos (1)	**2.638**	–	**–**	–
Total de provisões	**10.942.671**	9.949.015	**12.562.250**	10.694.470
Circulante	**433.609**	448.072	**582.018**	593.689
Não circulante	**10.509.062**	9.500.943	**11.980.232**	10.100.781

(1) Provisão para perda passivo a descoberto, conforme Nota 10.

16.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Controladora	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.067.061**	**2.780.866**	**803.617**	**8.651.544**
Adições (reversões), líquidas	92.858	295.181	341.836	729.875
Baixas por pagamentos	(89.275)	(282.796)	(430.680)	(802.751)
Atualização monetária	195.505	318.679	(19.509)	494.675
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.266.149**	**3.111.930**	**695.264**	**9.073.343**
Adições (reversões), líquidas	**388.182**	**139.130**	**367.302**	**894.614**
Baixas por pagamentos	**(37.830)**	**(157.012)**	**(381.885)**	**(576.727)**
Atualização monetária	**583.878**	**24.758**	**17.401**	**626.037**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.200.379**	**3.118.806**	**698.082**	**10.017.267**

Consolidado	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.358.270**	**3.031.308**	**902.453**	**9.292.031**
Adições (reversões), líquidas	132.988	277.475	462.097	872.560
Baixas por pagamentos	(114.721)	(361.387)	(537.235)	(1.013.343)
Atualização monetária	197.872	347.241	(16.229)	528.884
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.574.409**	**3.294.637**	**811.086**	**9.680.132**
Adições (reversões), líquidas	**952.877**	**178.765**	**472.876**	**1.604.518**
Baixas por pagamentos	**(148.263)**	**(187.497)**	**(465.264)**	**(801.024)**
Atualização monetária	**930.499**	**55.512**	**23.470**	**1.009.481**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7.309.522**	**3.341.417**	**842.168**	**11.493.107**

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Depósitos judiciais	**4.467.860**	3.816.868	**5.155.231**	4.478.395
Bloqueios judiciais	**13.151**	12.534	**14.815**	15.477
Total	**4.481.011**	3.829.402	**5.170.046**	4.493.872

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, regulatória, cível, consumidor, ambientais e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, assim as provisões refletem a melhor estimativa de desembolso provável futuro de caixa da Companhia na data-base.

As contingências cujo desfecho é considerado como possível de perda não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37) e são apenas divulgadas para fins das demonstrações financeiras.

Segue abaixo a descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas.

16.1.1. Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Consolidado		2025 Provável	2025 Possível	2025 Total	2024 Provável	2024 Possível	2024 Total
Natureza	Ref.						
ICMS	a)	**1.036.912**	**12.273.649**	**13.310.561**	1.024.316	10.783.565	11.807.881
TFI/TFF/TFE	b)	**51.106**	**3.167.140**	**3.218.246**	–	3.211.988	3.211.988
PIS/COFINS	c)	**1.277.109**	**1.766.737**	**3.043.846**	1.622.146	3.322.630	4.944.776
FUST/FUNTTEL	d)	**1.182.690**	**5.772.281**	**6.954.971**	453.748	5.300.956	5.754.704
Glosas de compensação de créditos de IRPJ/CSLL e ILL	e)	**263.890**	**2.114.399**	**2.378.289**	31.719	2.148.936	2.180.655
IRRF/CIDE	f)	**929.092**	**445.421**	**1.374.513**	35.225	1.401.581	1.436.806
IRPJ/CSLL	g)	**749.302**	**662.589**	**1.411.891**	1.033.233	200.394	1.233.627
EBC	h)	**1.582.683**	**10.085**	**1.592.768**	1.281.114	102.595	1.383.709
ISS	i)	**50.493**	**522.014**	**572.507**	43.076	567.846	610.922
Outras contingências tributárias	j)	**186.245**	**316.831**	**503.076**	49.832	446.600	496.432
Total		**7.309.522**	**27.051.146**	**34.360.668**	5.574.409	27.487.091	33.061.500

a) ICMS

A Claro e suas controladas possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2025 no valor de R$13.310.561 (R$11.807.881 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$1.036.912 (R$1.024.316 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

i. A Claro e sua controlada NXT possuem autuações fiscais referentes ao aproveitamento supostamente indevido de crédito do imposto, principalmente em relação ao ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2025, essas causas montam R$3.196.123 (R$2.227.061 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R$200.872 foram provisionados (R$201.382 em 31 de dezembro de 2024).

ii. A Claro e sua controlada Claro NXT possuem contingências, referentes à exigência de ICMS sobre receitas de serviços de valor adicionado, preparatórios, suplementares ou conexos aos serviços de telecomunicações, bem como locação de equipamentos e perda de benefício. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$2.718.811 (R$2.048.281 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$467.803 (R$453.634 em 31 de dezembro de 2024).

iii. A Claro possui autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$459.192 (R$464.081 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

iv. A Claro possui autuações fiscais de ICMS lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente à exigência de ICMS sobre alegadas deduções da base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$2.206.261 (R$2.048.143 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

v. A Claro e sua controlada Claro NXT possuem contingências, referentes à exigência de ICMS sobre ICMS ST (Substituição Tributária), venda subsidiada, transposição de estoque, estorno de débito, diferimento, *easyband* e recarga (recarga SP e PB). Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$3.320.576 do qual foi provisionado o valor de R$224.260.

b) Taxa de Fiscalização e Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")

A Claro possui contingências referentes ao suposto não recolhimento de TFI, TFF e TFE. Em 31 de dezembro de 2025 o valor total dessas contingências é de R$6.428.267 (R$5.331.862 em 31 de dezembro de 2024) do qual o valor de R$3.390.862 (R$2.348.847 em 31 de dezembro de 2024), está provisionado conforme divulgado na Nota 15.

A controlada Claro NXT possui contingências referentes ao suposto não recolhimento de TFI e TFF. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$180.841 (R$228.973 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$51.106.

c) PIS/COFINS

A Claro e sua controlada Claro NXT possuem autuações de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$3.043.846 (R$4.944.776 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$1.277.109 (R$1.622.146 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

i. A Companhia e sua Controlada Claro NXT possuíam contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão de suas bases de cálculo, no valor de R$1.709.130, dos quais R$1.628.615 estavam provisionados. Em decorrência de decisão judicial favorável transitada em julgado na Companhia, durante o terceiro trimestre de 2025, a provisão foi revertida.

ii. A Companhia possui contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R$1.320.998 (R$1.845.950 em 31 de dezembro de 2024). Essas contingências estavam classificadas como risco de perda possível, porém, após a avaliação técnica e jurídica realizada pelos assessores jurídicos internos e externos durante 2025 o valor de R$851.957 foi classificado como risco de perda provável.

iii. A Companhia, no segundo trimestre de 2024, recebeu despacho decisório não homologando parcialmente pedidos de compensação de crédito de COFINS vinculados a compensações anteriores pendentes de homologação. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R$394.371 (R$364.592 em 31 de dezembro de 2024). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

d) FUST/FUNTTEL

A Companhia e a sua controlada Claro NXT possuem autuações da ANATEL relativas a supostos recolhimentos a menor de FUST, principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado dessas autuações é de R$4.818.546 (R$3.947.259 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$963.656 (R$453.609 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia e a sua controlada Claro NXT possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$2.136.425 (R$1.807.445 em 31 de dezembro de 2024), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL, havendo-se constituído provisão no valor de R$219.034 (R$139 em 31 de dezembro de 2024).

e) Glosas de compensação de créditos de IRPJ/CSLL e ILL

A Companhia e suas controladas Claro NXT e BrasilCenter possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de IRPJ, CSLL e ILL, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de saldo/base negativo (a). Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$2.378.289 (R$2.180.655 em 31 de dezembro de 2024) do qual foi provisionado o valor de R$263.890 (R$31.719 em 31 de dezembro de 2024).

f) IRRF/CIDE

A Claro e sua controlada Claro NXT possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R$1.374.513 (R$1.436.806 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a título de programação, bem como a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste valor, foi provisionado R$929.092 (R$35.225 em 31 de dezembro de 2024), destacamos:

A Companhia e suas controladas Claro NXT e Tvsat possuem autuações fiscais de CIDE, que após a avaliação técnica e jurídica realizada pelos assessores jurídicos internos e externos, principalmente decorrente da decisão em caráter de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a matéria (Tema 914), foi classificado como risco de perda provável o valor de R$892.139 (R$660.260 em 31 de dezembro de 2024, classificado como possível).

g) IRPJ/CSLL

A Claro, possui contingências de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2025 no valor de R$1.411.891 (R$1.233.627 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$749.302 (R$1.033.233 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

i. Contingência oriunda da incorporada Embratel, relativo a créditos de CSLL 1998 auferidos decorrentes de serviços de exportação para compensar débitos do mesmo exercício. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R$219.475 (R$332.938 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, havendo-se constituído provisão pelo valor integral.

ii. Contingência oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R$334.245 (R$323.533 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, havendo-se constituído provisão pelo valor integral.

iii. As suas controladas Claro NXT e Tvsat possuem contingências referente a IRPJ e CSLL decorrente da exclusão no cálculo do lucro real de incentivos fiscais recebidos (redução da base de cálculo do ICMS para TV paga) na forma de Doações Governamentais e Subsídios para Investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R$456.072. A probabilidade de perda foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores e pela Administração.

iv. Contingências fiscais referentes à exigência de IRPJ e a CSLL resultantes de amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$137.803 (R$173.880 em 31 de dezembro de 2024). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

A Companhia e sua controlada Claro NXT possuem contingências relacionadas à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$1.592.768 (R$1.383.709 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$1.582.683 (R$1.281.114 em 31 de dezembro de 2024).

i) ISS

A Companhia e sua controlada Claro NXT possuem contingências de ISS substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, e outros serviços, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R$572.507 (R$610.922 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$50.493 (R$43.076 em 31 de dezembro de 2024).

j) Outras contingências tributárias

A Claro e a sua controlada Claro NXT e BrasilCenter possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado dessas contingências é de R$503.076 (R$496.432 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R$186.245 (R$49.832 em 31 de dezembro de 2024).

16.1.2. Contingências regulatórias, cíveis, consumidores e ambientais

Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidores e ambientais, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Consolidado		2025 Provável	2025 Possível	2025 Total	2024 Provável	2024 Possível	2024 Total
Natureza	Ref.						
Regulatórias	**a)**	**2.292.212**	**2.876.554**	**5.168.766**	2.302.761	3.089.545	5.392.306
PADO	a.1)	383.661	2.593.968	2.977.629	390.335	2.759.572	3.149.907
ANATEL	a.2)	1.908.552	107.957	2.016.509	1.865.327	107.957	1.973.284
STFC	a.3)	–	174.628	174.628	47.099	222.016	269.115
Cíveis	**b)**	**985.012**	**2.873.301**	**3.858.313**	919.553	3.426.506	4.346.059
Disputa com terceiros	b.1)	985.012	2.571.951	3.556.963	919.553	3.125.156	4.044.709
Decreto (SAC)	b.2)	–	301.350	301.350	–	301.350	301.350
Consumidor	**c)**	**57.601**	**439.927**	**497.528**	63.617	487.335	550.952
Ambiental	**d)**	**6.592**	**148.566**	**155.158**	8.706	177.187	185.893
Total		**3.341.417**	**6.338.347**	**9.679.764**	3.294.637	7.180.573	10.475.210

a) Contingências regulatórias

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 foi de R$5.168.766, sendo R$2.292.212 considerado como perda provável e R$2.876.554 como possível (R$2.302.761 considerado como perda provável e R$3.089.545 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

a.1) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente. Em 31 de dezembro de 2025 o valor desses processos é de R$2.977.629 (R$3.149.907 em 31 de dezembro de 2024) do qual foi provisionado R$383.661 (R$390.335 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores está relacionada principalmente ao Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, conforme Nota 1.

a.2) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos que representam a melhor estimativa da Companhia de desembolso de caixa; se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor em discussão pode variar. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu provisão de R$1.908.552 (R$1.865.327 em 31 de dezembro de 2024).

MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a Companhia venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo alguns subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a Companhia e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Claro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R$132.755 (R$113.482 em 31 de dezembro de 2024). E o montante de R$544.726 na rubrica de provisões não circulante (R$484.266 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**480.885**	444.579	**484.266**	449.004
Atualização monetária	**39.820**	42.505	**40.048**	42.185
Adições (baixas), líquidas	**19.994**	(6.199)	**20.412**	(6.923)
Total	**540.699**	480.885	**544.726**	484.266

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

17.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, taxa cobrada pelo uso da marca "Claro" e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 4, as aplicações financeiras incluem saldo com a parte relacionada Inbursa no montante de R$317 com rendimento de R$10 para a Companhia e R$6.001 com rendimento de R$842 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R$568 na controladora e R$30.954 no consolidado em 31 de dezembro de 2024, com taxa média de remuneração de 11,97%).

Conforme descrito na Nota 9, as aplicações financeiras em CDB pré-fixado no montante de R$528.451 com rendimento R$20.751, com taxa de juros pré-fixada de 13,61% a.a. estão mantidas com a parte relacionada Inbursa. Essas aplicações financeiras não possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Conforme descrito nas Notas 11.b e 19, as controladas possuem valores com a parte relacionada TBSA referente a contratos de arrendamento no montante de R$7.002.913 na controladora e R$6.998.443 no consolidado (R$5.744.456 na controladora e R$5.744.371 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) de ativo de direito de uso e R$6.757.666 na controladora e R$6.147.988 no consolidado (R$5.218.585 na controladora e R$5.082.635 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento.

Conforme descrito na Nota 18, a Claro e suas controladas Claro NXT, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Telos").

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Controladora					
	Natureza da	2025		2024		2025	2024
	transação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina, S.A.	(a)	**76.446**	**7.583**	143.128	7.955	**242.190**	203.692
América Móvil Colombia, S.A.C.	(a)	**248.706**	**5.396**	75.727	258.385	**471.447**	419.308
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	(a)	–	–	–	–	**43.019**	35.337
CTE Telecom Personal, S.A. de C.V.	(a)	–	–	–	–	**56.523**	47.454
Compañia de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V.	(a)	–	–	–	–	**36.355**	33.835
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	(a)	–	–	–	–	**201.964**	173.670
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A.	(a)	–	–	–	–	**66.535**	56.933
Compañia Dominicana de Telefonos, S. A.	(a)	**42.253**	–	47.437	15	**174.224**	172.081
Amov Finance B.V. ("Amov Finance")	(b)	–	**7.922.738**	–	9.474.083	**(1.030.792)**	(1.438.175)
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("Amx International")	(b)	–	**9.560.703**	–	10.186.531	**625.828**	(2.720.299)
Tvsat (1)		**104.480**	**1.118.989**	105.980	2.445.243	**(282.330)**	(174.419)
Claro NXT (2)		**163.512**	**3.161.107**	115.410	2.763.376	**797.881**	750.782
Americel S.A.		**727**	**98.247**	300	–	**(158.505)**	(159.017)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda.		**420**	**197.368**	349	187.802	**(591.792)**	(519.065)
Procisa do Brasil Projetos, Construções e Instalações Ltda.		**11**	**37.759**	78	35.567	**(96.896)**	(88.248)
Brasilcenter		**1.892**	**18.520**	807	13.387	**(156.856)**	(269.125)
TdB (3)		**34.617**	**4.792.202**	44.669	2.648.475	**(373.045)**	(98.040)
Torres do Brasil S.A."TBSA"		**5.743**	**124.507**	1.315	95.001	**(1.785.520)**	(1.679.328)
Outras partes relacionadas		**42.009**	**205.159**	45.771	62.072	**(113.448)**	(93.157)
		720.816	**27.250.278**	580.971	28.177.892	**(1.873.218)**	(5.345.781)
Circulante		**714.433**	**3.890.529**	575.463	5.121.152		
Não circulante		**6.383**	**23.359.749**	5.508	23.056.740		

(1) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

Em 07 de julho de 2023, a Companhia contraiu empréstimo através de mútuo junto à Tvsat, no valor total de R$403.063, pelo prazo de 5 anos, com vencimento em 07 de julho de 2028, com juros remuneratórios de CDI + 2,0% a.a. a serem pagos no final junto com o principal. O saldo dos juros em 31 de dezembro de 2025 é R$165.062 (R$56.437 em 31 de dezembro de 2024). Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia contraiu empréstimo junto à Tvsat, no valor total de R$428.032, pelo prazo de 3 anos, com vencimento em 21 de fevereiro de 2027, com juros remuneratórios de CDI + 1,2% a.a. serem pagos no final junto com o principal. O saldo dos juros em 31 de dezembro de 2025 é de R$118.368 (R$44.285 em 31 de dezembro 2024).

(2) O passivo inclui principalmente repasse de banda larga e TV,

(3) Em 14 de junho de 2024, a Companhia emitiu a 2ª nota comercial no valor de R$2.208.000, pelo prazo de 5 anos, remuneradas a CDI + 1,10%, juros a serem pagos no final junto com o principal em 14 de junho de 2029, sem garantias, a nota comercial foi totalmente subscrita pela controlada Tdb. O saldo dos juros em 31 de dezembro de 2025 é de R$507.806 (R$141.909 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de junho de 2025, a Companhia emitiu a 3ª nota comercial no valor de R$1.912.000, pelo prazo de 5 anos, remuneradas a CDI + 0,85%, juros a serem pagos no final junto com o principal em 15 de julho de 2030, sem garantias. A nota comercial foi subscrita pelas controladas Tdb, no valor de R$1.750.000 e Reyc no valor de R$162.000. O saldo dos juros em 31 de dezembro de 2025 é de R$151.012.

		Consolidado					
	Natureza da	2025		2024		2025	2024
	transação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina, S.A,	(a)	**76.446**	**7.583**	155.207	7.955	**242.190**	203.692
América Móvil Colombia, S.A.C.	(a)	**248.706**	**15.111**	93.676	261.242	**471.447**	419.308
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	(a)	–	–	–	–	**43.019**	35.337
CTE Telecom Personal, S.A. DE C.V.	(a)	–	–	–	–	**56.523**	47.454
Compañia de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V.	(a)	–	–	–	–	**36.355**	33.835
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	(a)	–	–	–	–	**201.964**	173.670
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A.	(a)	–	–	–	–	**66.535**	56.933
Compañia Dominicana de Telefonos, S. A.	(a)	**42.253**	–	50.158	–	**174.224**	172.081
AM Wireless Uruguai, S.A.	(a)	**2.953**	–	2.454	–	**11.134**	10.339
Amov Finance	(b)	–	**12.384.636**	–	10.503.114	**(1.685.728)**	(1.558.409)
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("Amx International")	(b)	–	**14.345.696**	–	19.935.027	**1.024.584**	(5.445.369)
Olympic Plaza Holding N.V.	(b)	–	**1.306.956**	–	1.321.733	**(113.908)**	(318.534)
Puerto Rico Telephone Company Inc.		**88.376**	–	13.115	–	**(59.200)**	(58.326)
Americel S.A.		**727**	**98.247**	40.570	13.392	**(153.282)**	(148.871)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda.		**420**	**259.815**	349	231.971	**(733.998)**	(637.079)
Procisa do Brasil Projetos, Construções e Instalações Ltda.		**11**	**52.536**	78	42.376	**(264.177)**	(207.785)
Telmex Solutions		**17.302**	**1.561**	14.937	–	**2.728**	1.912
TBSA		**5.755**	**124.507**	1.331	95.001	**(1.785.401)**	(1.679.182)
Outras partes relacionadas		**97.950**	**48.986**	33.182	42.525	**(40.546)**	68.273
		580.899	**28.645.634**	405.057	32.454.336	**(2.505.537)**	(8.830.721)
Circulante		**456.829**	**882.473**	376.585	696.344		
Não circulante		**124.070**	**27.763.161**	28.472	31.757.992		

(a) A Companhia e subsidiárias da América Móvil firmaram o contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida por cada subsidiária durante os trimestres e para a Colômbia durante os semestres. O prazo deste contrato foi de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

(b) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

					Consolidado						
Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	2023	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	2024
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	7.466.232	–	–	562.754	2.157.545	–	10.186.531
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	3.865.927	–	–	205.535	1.106.054	–	5.177.516
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	219.638	(237.703)	(2.757)	2.446	18.376	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	27/01/2026	121.082	(131.040)	(1.518)	1.349	10.127	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	28/01/2026	121.081	(131.040)	(1.517)	1.349	10.127	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,82%	26/02/2026	242.290	(271.926)	(5.920)	5.577	29.979	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	06/03/2026	484.751	(561.159)	(13.912)	13.262	77.058	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	484.752	–	(18.037)	17.479	135.020	–	619.214
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.603.225	(1.404.979)	(184.151)	174.262	760.910	(3.945.060)	4.207
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	–	–	(153.660)	156.159	–	3.945.060	3.947.559
Claro NXT		Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.034.459	–	(31.260)	30.181	288.353	–	1.321.733
Claro NXT		América Móvil	2,54%	15/01/2026	485.315	(503.343)	(3.913)	3.313	18.628	–	–
Claro		América Móvil	2,54%	22/01/2026	242.259	(251.189)	(1.957)	1.651	9.236	–	–
Claro		América Móvil	2,82%	23/02/2026	242.290	(251.189)	(2.177)	1.833	9.243	–	–
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	7.284.755	(3.658.888)	(679.403)	642.172	–	–	3.588.636
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.033.959	–	(125.162)	120.234	–	–	1.029.031
Claro		Amov Finance	13,30%	24/01/2028	2.072.218	(563.893)	(211.939)	254.544	–	–	1.550.930
Claro		Amov Finance	13,10%	03/02/2028	411.748	–	(56.735)	54.501	–	–	409.514
Claro		Amov Finance	13,05%	17/02/2028	393.452	–	(54.008)	51.882	–	–	391.326
Claro		Amov Finance	12,80%	29/03/2028	569.825	–	(76.729)	73.708	–	–	566.804
Claro		Amov Finance	12,10%	26/04/2028	204.003	(148.452)	(71.848)	16.297	–	–	–
Claro		Amov Finance	11,67%	01/06/2028	405.591	(403.368)	(21.968)	19.745	–	–	–
Claro		Amov Finance	10,88%	15/08/2028	867.810	–	(99.414)	95.501	–	–	863.897
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.545.460	–	(167.652)	161.052	–	–	1.538.860
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	565.995	–	(70.655)	68.776	–	–	564.116
					34.968.117	(8.518.169)	(2.056.292)	2.735.562	4.630.656	–	31.759.874

(*) Taxa média

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

					Consolidado						
Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	2024	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	2025
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	10.186.531	–	–	**515.617**	**(1.141.445)**	–	**9.560.703**
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	5.177.516	–	–	**186.619**	**(579.142)**	–	**4.784.993**
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	619.214	**(574.343)**	**(2.700)**	**2.574**	**(44.745)**	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.207	**(3.892)**	**(25)**	**24**	**(314)**	–	–
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	3.947.559	–	**(38.727)**	**36.229**	–	**(3.945.061)**	–
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	14,85%	11/03/2035	–	–	**(463.791)**	**546.784**	–	**3.945.061**	**4.028.054**
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.029.031	**(603.471)**	**(99.867)**	**108.151**	–	–	**433.844**
Claro NXT	b.3)	Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.321.733	–	**(2.620)**	**2.370**	**(63.813)**	**(1.257.670)**	–
Claro NXT	b.3)	Olympic Plaza	14,85%	28/01/2035	–	–	**(126.066)**	**175.352**	–	**1.257.670**	**1.306.956**
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.588.636	**(102.648)**	**(346.619)**	**407.761**	–	–	**3.547.130**
Claro		Amov Finance	13,30%	24/01/2028	1.550.930	**(1.031.638)**	**(140.478)**	**153.643**	–	–	**532.457**
Claro		Amov Finance	13,10%	03/02/2028	409.514	**(159.850)**	**(45.268)**	**50.796**	–	–	**255.192**
Claro		Amov Finance	13,05%	17/02/2028	391.326	**(391.043)**	**(20.929)**	**20.646**	–	–	–
Claro		Amov Finance	12,80%	29/03/2028	566.804	–	**(61.222)**	**73.506**	–	–	**579.088**
Claro		Amov Finance	10,88%	15/08/2028	863.897	–	**(79.323)**	**95.240**	–	–	**879.814**
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.538.860	–	**(136.410)**	**160.612**	–	–	**1.563.062**
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	564.116	–	**(66.709)**	**68.588**	–	–	**565.995**
					31.759.874	**(2.866.885)**	**(1.630.754)**	**2.604.512**	**(1.829.459)**	–	**28.037.288**

b.1) Nos dias 09, 20 e 28 de junho de 2023, a Companhia e a controlada Claro NXT fizeram alteração dos contratos de empréstimos com a parte relacionada AMX International Mobile - México, prorrogando o vencimento para 30 de junho de 2033, e a taxa de juros atualizada para SOFR + Spread.

b.2) Em 29 de agosto de 2024, a controlada Claro NXT fez alteração de parte do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International. O valor de USD700.000.000,00 foi alterado para R$3.945.060 e a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 11,40% a.a. As demais condições permaneceram inalteradas.

Em 30 de janeiro e 21 de março de 2025, a controlada Claro NXT fez alteração do credor do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International para Amov Finance, taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 14,85% a.a. e o vencimento alterado para 11 de março de 2035. As demais condições permaneceram inalteradas.

b.3) Em 28 de janeiro e 21 de março de 2025, a controlada Claro NXT fez as seguintes alterações do contrato de empréstimo com a parte relacionada Olympic Plaza. O valor do principal de USD213.417.780,79 foi alterado para R$1.257.671, a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 14,85% a.a., e o vencimento alterado para 28 de janeiro de 2035. As demais condições permaneceram inalteradas.

17.2. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salário	**31.135**	32.537	**31.135**	32.537
Benefícios diretos e indiretos	**684**	931	**684**	931
Participação nos resultados	**24.068**	24.952	**24.068**	24.952
Outros	**1.152**	1.120	**1.152**	1.120
Total	**57.039**	59.540	**57.039**	59.540

18. PLANOS DE BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Demonstrativo de movimentação na controladora e no consolidado:

Passivo atuarial:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	**1.579.362**	2.042.058	**1.651.107**	2.118.681
Outros resultados abrangentes	**(143.927)**	(271.602)	**(173.778)**	(283.757)
Atualizações atuariais	**486**	834	**486**	834
Custos dos serviços e juros, líquidos	**182.260**	188.486	**194.317**	196.913
Custo do serviço passado	**(132.315)**	(270.130)	**(151.896)**	(271.280)
Pagamentos efetuados	**(116.391)**	(110.284)	**(116.391)**	(110.284)
Saldo final	**1.369.475**	1.579.362	**1.403.845**	1.651.107
Circulante	**4.517**	5.723	**4.517**	5.723
Não circulante	**1.364.958**	1.573.639	**1.399.328**	1.645.384

A Claro e suas controladas Claro NXT, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam:

(i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD: A Claro;

(ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): A Claro e suas controladas TdB e Tvsat;

(iii) Plano de saúde: A Claro e sua controlada Claro NXT; e

(iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"): A Claro.

A Companhia oferece plano de saúde a seus empregados, que em parte representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante, que somam R$1.395.986 em 31 de dezembro de 2025 (R$1.640.659 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2025 a posição consolidada de participantes do PBD era: 2.862 aposentados e pensionistas (2.916 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia oferecia aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% a 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2025, monta à importância de R$4.517 no circulante e R$25 no não circulante (31 de dezembro de 2024, R$5.723 no circulante e R$71 no não circulante).

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2025 a posição consolidada de participantes do PCV era: 7.475 ativos e 4.472 aposentados e pensionistas (em 31 de dezembro de 2024 era 7.279 ativos e 4.442 aposentados e pensionistas).

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados.

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

	2025		2024	
Ativo (passivo) de benefícios	**Plano de saúde**	**PBD**	**Plano de saúde**	**PBD**
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.403.725)**	**(2.701.482)**	(1.648.387)	(2.609.983)
Valor justo dos ativos	**7.739**	**3.923.035**	7.728	3.980.592
Superávit (déficit) do plano	**(1.395.986)**	**1.221.553**	(1.640.659)	1.370.609
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	**–**	**(1.219.102)**	–	(1.369.033)
Total do ativo (passivo) atuarial	**(1.395.986)**	**2.451**	(1.640.659)	1.576

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2025		2024	
	Plano de saúde	**PBD**	**Plano de saúde**	**PBD**
Saldo inicial	**(1.648.387)**	**(2.609.983)**	(2.111.720)	(2.787.773)
Custo do serviço corrente	**(16.790)**	**–**	(8.505)	–
Custo dos juros	**(177.609)**	**(279.890)**	(188.231)	(238.375)
Ganho/perdas atuariais	**158.569**	**(123.418)**	273.267	113.246
Benefícios pagos para ativos do plano	**13.922**	**311.809**	10.716	302.919
Benefícios pagos pela empresa	**113.944**	**–**	104.806	–
Transferência de pagamentos	**(810)**	**–**	–	–
Custo do serviço passado	**153.436**	**–**	271.280	–
Saldo final	**(1.403.725)**	**(2.701.482)**	(1.648.387)	(2.609.983)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2025		2024	
	Plano de saúde	**PBD**	**Plano de saúde**	**PBD**
Saldo inicial	**7.728**	**3.980.592**	7.795	3.949.857
Rendimentos sobre ativos do plano	**855**	**436.414**	717	343.544
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	**(844)**	**(182.162)**	(784)	(9.890)
Contribuições da patrocinadora	**13.922**	**–**	10.716	–
Benefícios pagos	**(13.922)**	**(311.809)**	(10.716)	(302.919)
Saldo final	**7.739**	**3.923.035**	7.728	3.980.592

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável):

	2025	2024
	PBD	**PBD**
Saldo inicial	**(1.369.033)**	(1.162.084)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	**(156.344)**	(105.169)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	**306.275**	(101.780)
Saldo final	**(1.219.102)**	(1.369.033)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	**Plano de saúde**	**PBD**
2026	**108.694**	**327.485**
2027	**117.532**	**327.236**
2028	**126.145**	**325.845**
2029	**134.152**	**323.245**
2030	**141.874**	**319.379**
2031 a 2035	**812.182**	**1.492.981**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2025	2024
	Plano de saúde	**PBD**
Custo do serviço corrente	**(16.790)**	**(8.505)**
Juros líquido passivo (ativo)	**(176.754)**	**(187.514)**
	(193.544)	**(196.019)**

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, referente ao plano PCV:

	2025		2024	
Ativo (passivo) benefícios	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Valor presente das obrigações atuariais	**(2.109.316)**	**(2.116.187)**	(1.798.141)	(1.802.123)
Valor justo dos ativos	**3.033.867**	**3.042.934**	3.118.904	3.125.065
Superávit (déficit) do plano	**924.551**	**926.747**	1.320.763	1.322.942
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	**(927.868)**	**(930.045)**	(1.325.417)	(1.327.576)
Plano de benefício ativo, líquido	**3.317**	**3.298**	4.654	4.634
Total do passivo atuarial	**–**	**–**	–	–

Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano PCV:

	2025		2024	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**(1.798.141)**	**(1.802.123)**	(2.002.450)	(2.005.152)
Custo do serviço corrente	**(292)**	**(296)**	(326)	(330)
Custo dos juros	**(191.615)**	**(192.042)**	(171.683)	(171.916)
Ganho/perdas atuariais	**(341.602)**	**(344.508)**	161.679	160.216
Benefícios pagos para ativos do plano	**222.334**	**222.782**	214.639	215.059
Saldo final	**(2.109.316)**	**(2.116.187)**	(1.798.141)	(1.802.123)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente ao plano PCV:

	2025		2024	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**3.118.904**	**3.125.065**	3.177.520	3.183.565
Rendimentos sobre ativos do plano	**342.497**	**343.172**	278.670	279.207
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	**(207.061)**	**(204.382)**	(126.356)	(126.357)
Contribuições da patrocinadora	**1.861**	**1.861**	3.709	3.709
Benefícios pagos	**(222.334)**	**(222.782)**	(214.639)	(215.059)
Saldo final	**3.033.867**	**3.042.934**	3.118.904	3.125.065

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano PCV (superávit irrecuperável):

	2025		2024	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**(1.325.417)**	**(1.327.576)**	(1.181.921)	(1.185.242)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	**(151.363)**	**(151.610)**	(107.555)	(107.857)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	**548.912**	**549.141**	(35.941)	(34.477)
Saldo final	**(927.868)**	**(930.045)**	(1.325.417)	(1.327.576)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano PCV:

Ano	**Controladora**	**Consolidado**
2026	**252.175**	**252.700**
2027	**249.463**	**249.985**
2028	**246.241**	**246.758**
2029	**242.470**	**242.983**
2030	**238.110**	**238.616**
2031 a 2035	**1.102.679**	**1.105.108**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para o plano PCV são:

	2025		2024	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Custo do serviço corrente	**(292)**	**(296)**	(326)	(330)
Juros líquido passivo (ativo)	**(481)**	**(480)**	(568)	(566)
	(773)	**(776)**	(894)	(896)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

	Plano de saúde	PBD	PCV
Taxa de desconto	10,94% a.a.	11,44% a.a.	11,42% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,5% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento dos custos médicos	5,05% a 9,71% a.a.	–	–
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.	–	–
Custo médico anual, aos 65 anos de idade (1)	R$ 15.288	–	–

b) Fatores biométricos

	Plano de saúde	PBD	PCV
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (1)	–	Álvaro Vindas (-50%)
(iv) Rotatividade	Nula	–	–

(1) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	Plano de saúde	PBD	PCV
Taxa de des

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.
Eu ó o novo

CLARO S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Claro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2025:

Vencimentos das prestações	Controladora	Consolidado
2026	4.319.368	4.405.349
2027	3.565.625	3.645.030
2028	3.188.059	3.221.094
2029	2.696.057	2.706.191
2030	2.099.758	2.105.163
Posterior a 2030	5.487.634	5.492.285
Valores não descontados (1)	21.356.501	21.575.112
Juros embutidos	(6.470.074)	(6.503.065)
	14.886.427	15.072.047

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 29 de dezembro de 2025, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R$4.141.944 sem emissão de novas ações, mediante a capitalização dos seguintes valores, conforme apurados no balanço intermediário da Companhia com data-base de 30 de novembro de 2025: (i) R$2.500.000 oriundos da conta dos lucros apurados pela Companhia entre 1º de janeiro a 30 de novembro de 2025; (ii) R$371.937 provenientes da reserva legal da Companhia; e (iii) R$1.270.007 provenientes da reserva de lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia foi de R$22.836.339 (R$18.694.395 em 31 de dezembro de 2024), composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 88.640.280, sendo 48.455.587 ações ordinárias e 40.184.693 ações preferenciais.

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R$206.045.

2. Reserva de incentivo fiscal

A reserva de incentivo fiscal é constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizados no resultado do exercício e transferidos para a reserva de incentivo fiscal.

Em conformidade ao Artigo 195-A da Lei 6.404/76, a parcela do lucro destinada para a reserva de incentivos fiscais deve ser excluída do cálculo do dividendo obrigatório.

3. Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 0,1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária.

Em 29 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), foi aprovada a proposta de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$2.034, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com fundamento em proposta da Administração, retido para pagamento futuro, o valor foi vertido à reserva de lucros.

4. Dividendos intercalares

Em 29 de dezembro de 2025, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares para os acionistas da Companhia, exceto os acionistas controladores Claro Telecom Participações S.A., Telmex Solutions Telecomunicações S.A., Controladora de Servicios de Telecomunicaciones S.A. de C.V. e MCCAW International (Brazil), LLC que renunciaram previamente ao seu direito de receber eventual dividendo a ser declarado, no valor total de R$12, equivalentes a R$ 0,0364169014 por ação. Tais dividendos intercalares foram declarados à conta dos lucros apurados pela Companhia entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de novembro de 2025 (conforme apurado no balanço da Companhia) e imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2025, sem correção monetária, sendo que as ações da Companhia passaram a ser negociadas "*ex-dividendos*" a partir do dia 30 de dezembro de 2025.

c) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos atuariais no montante de R$108.421 (ganhos atuariais de R$184.705 em 31 dezembro de 2024) e reflexo de ganho de variação cambial sobre investimento líquido no exterior no montante de R$1.295 (R$3.573 em 31 de dezembro de 2024).

d) Destinação do lucro líquido

	2025
Lucro líquido do exercício	4.120.908
Constituição da reserva legal	(206.045)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(176.008)
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.739)
Aumento de capital	(2.500.000)
Constituição de lucros a realizar	(1.235.116)
	–

21. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de serviços	37.680.557	35.152.175	59.009.410	55.795.622
Receita bruta de aparelhos	4.337.965	3.603.375	4.358.820	3.627.749
Deduções de vendas:				
Tributos	(7.051.508)	(6.344.976)	(10.439.573)	(9.521.650)
Descontos	(769.903)	(611.680)	(1.219.310)	(962.251)
Devoluções	(18.256)	(18.819)	(18.256)	(18.819)
Receita operacional, liquida	34.178.855	31.780.075	51.691.091	48.920.651

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(18.354.172)	(17.557.833)	(29.553.532)	(28.601.599)
Despesas comerciais	(6.574.959)	(6.481.557)	(9.190.444)	(8.749.822)
Despesas gerais e administrativas	(2.897.162)	(2.972.942)	(4.082.158)	(3.670.978)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.907.841	1.500.066	1.748.318	1.286.466
	(25.918.452)	(25.512.266)	(41.077.816)	(39.735.933)
Serviços de terceiros	(7.563.167)	(7.129.740)	(11.417.254)	(10.338.850)
Depreciação e amortização	(9.247.140)	(8.877.834)	(12.661.497)	(12.497.021)
Mão de obra própria	(3.151.474)	(2.925.529)	(5.025.289)	(4.627.464)
Interconexão	(1.462.225)	(1.545.181)	(1.466.792)	(1.592.882)
Canais de conteúdo	(282.291)	(250.457)	(3.895.345)	(3.925.450)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.833.301)	(2.724.186)	(2.837.694)	(2.725.222)
Taxas e contribuições	(1.494.208)	(1.487.787)	(1.666.066)	(1.666.048)
Aluguéis	(217.026)	(171.456)	(232.786)	(187.369)
Publicidade	(751.453)	(656.461)	(1.202.013)	(1.107.086)
Perda com recebíveis (1)	(579.141)	(550.468)	(902.513)	(831.284)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	1.662.974	806.833	229.433	(237.257)
	(25.918.452)	(25.512.266)	(41.077.816)	(39.735.933)

(1) Compreende provisão para perdas de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros sobre tributos e outros	866.071	350.215	937.229	417.695
Receita de aplicação financeira	90.131	52.755	110.506	70.506
Outras receitas financeiras	9.741	90.947	10.593	203.593
Variações cambiais, líquidas	1.218.803	–	1.901.017	–
	2.184.746	493.917	2.959.345	691.794
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	(3.436.250)	(3.126.412)	(3.802.181)	(3.724.960)
Atualização de contingências e depósitos judiciais	(880.301)	(651.199)	(1.327.714)	(704.015)
Juros sobre tributos	(447.677)	(646.035)	(549.583)	(773.146)
Arrendamentos	(1.463.003)	(1.447.104)	(1.472.696)	(1.450.287)
Outras despesas financeiras	(486.416)	(427.929)	(494.478)	(301.230)
Variações cambiais, líquidas	–	(2.548.134)	–	(5.004.108)
Variações monetárias, líquidas	(159.646)	(122.042)	(160.132)	(121.771)
	(6.873.293)	(8.968.855)	(7.806.784)	(12.079.517)
	(4.688.547)	(8.474.938)	(4.847.439)	(11.387.723)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Corrente				
Imposto de renda	(156.059)	849	(392.125)	(56.288)
Contribuição social	(44.781)	3.852	(131.778)	(16.266)
	(200.840)	4.701	(523.903)	(72.554)
Diferidos				
Imposto de renda	(493.292)	587.944	(349.939)	800.500
Contribuição social	(177.585)	211.660	(129.792)	289.422
	(670.877)	799.604	(479.731)	1.089.922
	(871.717)	804.305	(1.003.634)	1.017.368

Algumas controladas da Companhia possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R$542.567 em 31 de dezembro de 2025 (R$1.144.339 em 31 de dezembro de 2024), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.992.625	(2.056.367)	5.766.454	(2.203.005)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(1.697.493)	699.165	(1.960.594)	749.022
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	483.061	51.259	210	–
Perdas com recebíveis	(21.028)	(2.804)	(21.331)	(3.092)
Tributos diferidos não reconhecidos (1)	–	–	9.603	2.707
Tributos diferidos reconhecidos no exercício (2)	–	–	612.693	196.992
Lucro de exploração	96.899	–	96.899	–
Atualização Selic de indébitos	226.466	–	243.698	–
Outras exclusões (3)	40.378	56.685	15.188	71.739
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	(871.717)	804.305	(1.003.634)	1.017.368
Imposto de renda e contribuição social correntes	(200.840)	4.701	(523.903)	(72.554)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(670.877)	799.604	(479.731)	1.089.922
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(871.717)	804.305	(1.003.634)	1.017.368
Taxa efetiva	-17,5%	-39,1%	-17,4%	-46,2%

(1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias constituídos no período, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme Nota 7.2, sem perspectiva de recuperação.

(2) Em 31 de dezembro de 2025 as controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R$612.693 (R$196.992 em 31 de dezembro de 2024).

(3) Em 2025 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Valores estimados de mercado

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

			Controladora			
			2025		2024	
	Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		1.090.665	1.090.665	661.796	661.796
Aplicações financeiras	Custo amortizado	Nível 2	528.452	532.986	–	–
Contas a receber	Custo amortizado		7.480.864	7.480.864	6.845.596	6.845.596
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		720.817	720.817	580.971	580.971
			9.820.798	9.825.332	8.088.363	8.088.363
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado		7.104.156	7.104.156	7.500.413	7.500.413
Mútuos com partes relacionadas em reais	Custo amortizado	Nível 2	7.922.737	7.731.540	9.474.083	9.386.971
Mútuos com partes relacionadas em dólares	Custo amortizado	Nível 2	9.560.702	9.753.820	10.186.531	10.996.185
Obrigações com partes relacionadas	Custo amortizado		9.766.839	9.766.839	8.517.278	8.517.278
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	9.059.670	9.089.834	10.424.670	10.418.513
			43.414.104	43.446.197	46.102.975	46.819.360

			Consolidado			
			2025		2024	
	Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		1.282.337	1.282.337	866.402	866.402
Aplicações financeiras	Custo amortizado	Nível 2	528.452	532.986	–	–
Contas a receber, líquidas	Custo amortizado		8.040.811	8.040.811	7.395.046	7.395.046
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		580.899	580.899	405.057	405.057
			10.432.499	10.437.033	8.666.505	8.666.505
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado		9.217.485	9.217.485	9.402.589	9.402.589
Mútuos com partes relacionadas em reais	Custo amortizado	Nível 2	13.691.592	13.208.590	14.450.673	14.218.849
Mútuos com partes relacionadas em dólares	Custo amortizado	Nível 2	14.345.695	14.557.590	17.309.201	18.348.184
Obrigações com partes relacionadas	Custo amortizado		608.347	608.347	694.462	694.462
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	9.059.670	9.089.834	10.424.670	10.418.513
			46.922.789	46.681.846	52.281.595	53.082.597

A Administração da Companhia considera que os saldos contábeis de alguns de seus ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores justos em razão das características desses ativos e passivos financeiros, bem como do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e notas comerciais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.282.337	866.402
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.059.670)	(10.424.670)
Endividamento líquido	(7.777.333)	(9.558.268)
Patrimônio líquido	24.868.381	19.993.350
	31,3%	47,8%

Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar		
Cenário I	Dólar - 5%	R$5,2273
Cenário II	Dólar - 25%	R$4,1268
Cenário III	Dólar - 50%	R$2,7512
Risco de alta do dólar		
Cenário I	Dólar + 5%	R$5,7775
Cenário II	Dólar + 25%	R$6,8780
Cenário III	Dólar + 50%	R$8,2536

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2025	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do U$$				
Partes relacionadas	14.345.695	717.285	3.586.424	7.172.848
Fornecedores	48.657	2.433	12.164	24.328
Outros (Ativos-Passivos)	(34.224)	(1.711)	(8.556)	(17.112)
		718.007	3.590.032	7.180.064
Alta do U$$				
Partes relacionadas	14.345.695	(717.285)	(3.586.424)	(7.172.848)
Fornecedores	48.657	(2.433)	(12.164)	(24.328)
Outros (Ativos-Passivos)	(34.224)	1.711	8.556	17.112
		(718.007)	(3.590.032)	(7.180.064)

Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

	Cenário I	Cenário II
Cenário provável		
CDI em 31/12/2025	CDI + 50%	CDI - 50%
14,90%	**22,35%**	**7,45%**
Cenário provável	**Cenário I**	**Cenário II**
IPCA em 31/12/2025	CDI + 50%	CDI - 50%
4,26%	**6,39%**	**2,13%**

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

		Perda/(ganho)	
Operação	Posição em 31/12/2025	Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	R$6.323.731	511.759	(493.382)
Dívida indexada a IPCA	R$2.735.959	142.833	(145.173)

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("*dealers*") e distribuidores de recargas de pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet*, banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de recargas de pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 14, 17, 19 e 26.

26. COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Controladora	Consolidado
2026	2.296.717	2.941.471
2027	1.103.688	1.103.688
2028	1.145.145	1.145.145
2029	1.187.751	1.187.751
2030	1.231.366	1.231.366
Posterior a 2030	6.679.425	6.679.425
Total	13.644.092	14.288.846

27. SEGUROS

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.925.840, abrangendo todas as empresas do grupo.

28. OUTRAS GARANTIAS

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas no montante de R$24.536.241 na controladora e R$27.647.188 no consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R$22.114.887 na controladora e R $24.865.698 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Debêntures: Em 15 de janeiro de 2026 a Companhia realizou a 17ª Emissão de Debêntures, no valor de R$3.000.000 (três bilhões de reais), mediante a emissão de 3.000.000 (três milhões) de Debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (hum mil reais). As Debêntures terão prazo total de 10 (dez) anos, com 3 amortizações no 8º, 9º ano contados da data de emissão e no vencimento final. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 de janeiro e julho, iniciando em 15 de julho de 2026, à taxa de IPCA + 7,0225% a.a. As debêntures não têm garantia. Em 27 de janeiro de 2026, a Companhia liquidou a 13ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, totalizando R$1.500.000 de principal e juros R$120.646. b) Aquisição da Desktop S.A. pela controlada Claro NXT: Em 22 de março de 2026, a controlada Claro NXT anunciou a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 73,01% do capital social da Desktop S.A. O preço de compra foi definido com base em um Enterprise Value de R$4 bilhões, considerando o endividamento líquido da Desktop em 30 de setembro de 2025, estimado em R$1,6 bilhão. Assim, o preço acordado para a participação adquirida totaliza R$2,4 bilhões, equivalente a R$20,82 por ação pago aos acionistas controladores. A operação permanece sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), além da realização de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) destinada aos demais acionistas, garantindo *tag along* pelo mesmo preço por ação pago no controle.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Hajj Aboumrad - Presidente
Carlos José García Moreno Elizondo - Vice-Presidente
Alejandro Cantú Jiménez - Membro
Oscar von Hauske Solis - Membro
Alberto de Orleans e Bragança - Membro
José Antônio Guaraldi Félix - Membro

DIRETORIA

José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente
Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório
Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional
Daniel Feldmann Barros - COO Diretor de Operações

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
Gerente de Contabilidade
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, aos Administradores e à Diretoria da
Claro S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 17 de março de 2025, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alexandre Cassini Decourt
Contador - CRC nº 1 SP 276957/O-4

Deloitte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 26/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/26/CLARO1588386926032026.pdf